		7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. 7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. 7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrarse-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação. 7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. 7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.	
	Exclusão	7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão. 7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.	Não haverá aplicação da margem de preferência para a licitação, sendo necessária a exclusão das cláusulas que fazem menção sobre a margem.
	Exclusão	7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.	Para a licitação foi adotado o modo de disputa aberto, sendo necessária a exclusão das cláusulas que fazem menção a outros modos
	Exclusão	7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n° 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n° 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .	O objeto da licitação não há tem relação com Programas de Integridade por estar fora da margem de valor.
	Exclusão	7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]). 7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência. 7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa ~~de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência,~~	Não haverá aplicação da margem de preferência para a licitação, sendo necessária a exclusão das cláusulas que fazem menção sobre a margem.

		~~ou~~ de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [A7]	
	Alteração Exclusão	7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens ~~e serviços prestados~~ por: 7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; [A11]	Objeto da licitação se trata de aquisição, sendo necessária a correção. Conforme Nota Explicativa, cláusulas não se aplicam a Administração Pública Federal.
8	Exclusão	8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.	Não há previsão da inversão de fases, sendo necessária a exclusão.
	Exclusão	8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação . /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado 8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.	Não há previsão de margem de preferência, sendo necessária a exclusão.
	Exclusão	8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração: 8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas]; 8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s)no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração. 8.13. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte: 8.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado; 8.13.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;[A3] 8.13.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução. 8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar	O objeto da licitação se refere a aquisição de bens, não sendo necessárias as respectivas cláusulas por tratarem sobre serviço.

		será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta. 8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. 8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4] 8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade; 8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta. 8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço. 8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação; 8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; 8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime. 8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto. 8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta. 8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a	

		apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta. 8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes. 8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. 8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. 8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-seá com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência. 8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos: 8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta; 8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; 8.24.3. Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e 8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A6] 8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7] 8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço. 8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos	

		unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022. 8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração. 8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A8]	
9	Alteração	9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ~~ou da ata de registro de preços~~, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.	Foi adotado o Pregão Eletrônico Tradicional, sendo necessária a exclusão da referência ao SRP
		9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo ~~de [INSERIR UM , ACRÉSCIMO]~~ 30 % ~~SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE [A1]~~ para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.	Conforme Nota Explicativa, foi adotado o percentual dentro da margem estabelecida
	Exclusão	9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. 9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. 9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.[A2]	Objeto da contratação não possui previsão de avaliação prévia do local.
	Exclusão	9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.	Não há previsão da inversão de fases, sendo necessária a exclusão.

		9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes. 9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.	
10	Alteração	10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato ~~ou outro instrumento equivalente~~.	Foi adotado o Termo de Contrato para a respectiva licitação.
	Exclusão	10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;	Não haverá substituição do Termo de Contrato.
	Alteração	10.7. Na assinatura do contrato ~~ou instrumento equivalente~~ será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.	Foi adotado o Termo de Contrato para a respectiva licitação.
	Exclusão	10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais. [A2] 10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A3] 10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024. [A4] 10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual 10.101. superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas. 10.11. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de	O objeto da licitação se refere a aquisição de bens, não sendo necessárias as respectivas cláusulas por tratarem sobre serviço.

		violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de XX [A5]	
11	Exclusão	11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (XX xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021. 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: 11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e 11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração. 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços. 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições. 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado. 11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] originalmente registrado. [A2]	Cláusulas excluídas por se tratar de uma licitação SRP.
12	Exclusão	12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro: 12.1.1dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata. 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado. 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua	Cláusulas excluídas por se tratar de uma licitação SRP.

		proposta original. 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses: 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023. 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá: 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.	
13	Inclusão	13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov. br/compras/pt-br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço do Comando da 12ª RM, sediado à Av. Coronel Teixeira, 6.155 - Ponta Negra, CEP 69037-000, na Seção de Licitações e Contratos, de segunda-feira a quinta-feira, no horário das 09:30 às 11:30 e 13: 30 às 16:00 horas.	Informações fundamentais para a transparência e publicidade do processo.
14	Exclusão	14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;	Não há a exigência da apresentação de amostras para a licitação.
	Alteração	14.1.2.5. apresentar proposta ~~ou amostra~~ em desacordo com as especificações do edital.	
	Exclusão	14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.	
	Alteração	14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ~~ou a ata de registro de preço, ou retirar o instrumento equivalente~~ no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME . nº 73, de 30 de setembro de 2022	Foi adotado o Pregão Eletrônico Tradicional e o Termo de Contrato para a respectiva licitação.
15	Inclusão	15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail pregao@12rm.eb.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço no Av. Coronel Teixeira, 6155 - Ponta Negra, CEP 69037-000, seção de Licitações e Contratos. [A1]	Informações fundamentais para a fase externa do Pregão Eletrônico.
16	Inclusão	16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, e e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Comando da 12ª	Informações fundamentais para a transparência e publicidade do processo.

		RM [redacted] egra, CEP 69037-000, seção de licitações e contratos, de segunda-feira a quinta-feira, nos horário de 09:30 às 11:30 e 13:30 às 16:00 horas.	

ALTERAÇÕES REALIZADAS NO MINUTA DO CONTRATO DA AGU E RESPECTIVAS JUSTIFICATIVAS

SUBITEM	INCLUSÃO EXCLUSÃO ALTERAÇÃO	TEXTO	JUSTIFICATIVA
1	Inclusão	O objeto do presente instrumento é a contratação de [aquisição de contêiner frigorificado 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12ª Região Militar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	Cláusula incluída por se tratar do objeto da licitação
1	Alteração	1.3.2. [O Edital da Licitação] ~~OU [A Autorização de Contratação Direta]~~	Alteração realizada com a finalidade de harmonizar os instrumentos utilizados na respectiva licitação.
2	Exclusão	2.2. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência] [A2] prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. , 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A3]).	Os subitens foram excluídos por não guardarem compatibilidade com o objeto da licitação.
2	Exclusão	2.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n° 14.133/2021[A4].	O subitem foi excluído por não guardar compatibilidade com o objeto da licitação
5	Exclusão	5.1. O valor mensal da contratação é de R$ xxxxxx xxxxxxxxx ( ), perfazendo o valor total de R$ xxxxxx (xxxxxxxxx). 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos. [A2]	Os subitens foram excluídos por não guardarem compatibilidade com o objeto da licitação
9	Exclusão	9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados; 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos; 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência; 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;	As cláusulas foram excluídas por se tratarem da contratação de serviços e a licitação trata sobre aquisição de material.

		9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;	
9	Inclusão	9.20. fabricar ou fornecer os equipamentos conforme especificações; 9.21Transportar, carregar e posicionar; 9.22. realizar testes; 9.23. fornecer manuais e certificados; 9.24. ministrar treinamento; 9.25. executar assistência técnica; 9.26. disponibilizar peças durante a garantia; 9.27. reparar ou substituir os equipamentos dentro dos prazos do Termo de Referência	Foram incluídas as cláusulas para proporcionar maior segurança à Contratante.
11	Exclusão	11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução. [A1]	A licitação em tela exige a prestação de garantia para a presente contratação.
13	Exclusão	13.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A2] . 13.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A3] . 13.4.1. . Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo. 13.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021. 13.6. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A4] contraentes.	Conforme Nota Explicativa, as cláusulas são necessárias para os contratos de serviços contínuos.
15	Exclusão	13.6. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A4] contraentes.	Conforme Nota Explicativa, a cláusula é necessária para os contratos de serviços contínuos.

Manaus, AM, 21 de julho de 2026.

[redacted] **- Cap**
Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted] **- Maj**
Ordenador de Despesas do Cmdo da 12ª RM

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
"Forte Mendonça Furtado"

Quartel Em Manaus-AM, 24 de julho de 2026
(sexta-feira)

BOLETIM INTERNO DO CMDO 12ª RM Nº 136/2026

Para conhecimento deste QG, das OMDS e execução, publico o seguinte:

1ª Parte
SERVIÇOS DIÁRIOS

Sem Alteração

2ª Parte
INSTRUÇÃO

Sem Alteração

3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS, ADMINISTRATIVOS E DIVERSOS

1. ASSUNTOS GERAIS

ALTERAÇÕES DE OFICIAS

PROPONENTE SCDP - substituição temporária

Responde pelas atribuições de perfil de proponente do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) desta Organização Militar, no período de 27 JUL a 3 AGO 26, cumulativamente com as funções que já exerce, em virtude de férias do titular.

Ten Cel Int [redacted]

Em consequência, a Aj G, a Div Adm 12ª RM, o E4 e o militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 350, de 22 JUL 26, da Div Adm Cmdo 12ª RM)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO LICITATÓRIO - pregão eletrônico - designação de pregoeiro e equipe de apoio

Designo os militares listados a seguir para as funções de agente de contratação titular, agente de contratação substituto e equipe de apoio ao Pregão Eletrônico SRP nº 90006/2026 - 12ª RM, cujo objeto é a aquisição de contêineres frigorificados de 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (Classe I) no âmbito da 12ª Região Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, com abertura da

fase de lances prevista para agosto/2026.

Cap Int LUIZ FE
Pregoeiro Titular
2º Ten OTT RON
Assessor Contábi
2º Ten OTT **J**OS
Assessora Jurídic
3º Sgt STT **RAU**
Pregoeiro Substit
3º Sgt STT KAR
Equipe Técnica

Em consequência:

a. caberá ao agente de contratação (pregoeiro titular e substituto) conduzir a sessão pública, tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e, ao final, encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente, conforme prevê o art. 8, do Decreto nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

b. caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, a de auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório, devendo permanecer à disposição deste durante toda a duração do certame, desde a data/hora de abertura da licitação até a homologação do certame;

c. os agentes da contratação (pregoeiro(a) titular, substituto(a) e equipe de apoio) deverão, além de solicitar no Op Log o acesso ao sistema SIASG, comparecer à SALC para receber orientações complementares, alinhamento de procedimentos e esclarecimentos quanto às etapas do processo licitatório, contribuindo para a condução eficiente e regular dos certames sob sua responsabilidade; e

d. a Aj G, o CCOL, a Div Adm, os militares em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 154, de 9 JUL 26, do E10 Cmdo 12ª RM)

3. ASSUNTOS DIVERSOS

Sem Alteração

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

G ÔA
Comandante da 12ª Região Militar

Compras.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Relatório emitido em 21/07/2026 15:34

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
88/2026	160014	Concluída	J[redacted] NOVO

Título: Pesquisa de preços para eventual aquisição de Contêiner Frigorificado 40 pés HC

Observações:

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R$ 1.848.065,4000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
478049 - Container Material: Aço Inoxidável , Tipo: Refrigerado , Capacidade: 26.000 KG, Dimensões: 2,294 X 2,55 X 11,59 M, Aplicação: Armazenamento De Produtos Refrigerados , Características Adicionais: Dispositivo Para Cadeado	Unidade	19

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 83.250,0000	R$ 99.505,5333	R$ 97.266,6000	Coeficiente de Variação: 14,3456% Desvio Padrão: 14.274,6919 Maior Preço: R$ 118.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 97.266,6000	26/05/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16004505900112025	26/05/2026	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviço de Adequação de câmara frigorífica com fornecimento de equipamento na área do Forte General Tibúrcio

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	160045	BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
P&S ENGENHARIA LTDA	59.131.160/0001-12	Reefer	Pregão

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 58.939,8000	28/04/2026	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
78420006000152026	28/04/2026	1	CONTÊINER FRIGORIFICADO

Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Federal	784200	2º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS	SISPP

Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
J. CALDEIRA DA SILVA LTDA	51.962.871/0001-27	tr	Dispensa

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
PA/Belém	[redacted]AIA	66620200	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 65.000,0000	12/04/2026	Não

Id da Compra
160352060004120 26

Comprado em
12/04/2026

N° do Item
1

Objeto da Compra
Aquisição de material de permanente (contratação direta)

Esfera
Federal

UASG
160352

Nome UASG
COMANDO DE FRONT.-RR E 7.BAT.DE INF.DE SELVA

Forma
SISPP

Fornecedor
C B LINHARES SOLUCOES

Ni Fornecedor
49.731.388/0001-90

Marca/modelo
Container Frigorificado

Modalidade
Dispensa

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
-

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Sem critério de julgamento

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RR/Boa Vista	Avenida General Sampaio	69308150	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 83.250,0000	26/03/2026	Sim

Id da Compra
160049059001420 25

Comprado em
26/03/2026

N° do Item
2

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de adequação de câmara frigorífica na área da 10ª RegiãoMilitar

Esfera
Federal

UASG
160049

Nome UASG
10. DEPOSITO DE SUPRIMENTO/MEX - CE

Forma
SISPP

Fornecedor
P&S ENGENHARIA LTDA

Ni Fornecedor
59.131.160/0001-12

Marca/modelo
Reefer

Modalidade
Pregão

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 53.899,0000	01/10/2025	Não

Id da Compra
16010605900122025

Comprado em
01/10/2025

N° do Item
38

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais permanentes para serviço de alimentação

Esfera
Federal

UASG
160106

Nome UASG
2 BATALHAO FERROVIáRIO

Forma
SISRP

Fornecedor
CARLOS HENRIQUE MACHADO

Ni Fornecedor
15.658.767/0001-80

Marca/modelo
Reefer 40'

Modalidade
Pregão

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 48.899,0000	26/08/2025	Não

Id da Compra
16051805900282025

Comprado em
26/08/2025

N° do Item
52

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material permanente para o Pelotão TASA do Batalhãode Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército

Esfera
Federal

UASG
160518

Nome UASG
BASE DE AVIACAO DE TAUBATE

Forma
SISRP

Fornecedor
CARLOS HENRIQUE MACHADO

Ni Fornecedor
15.658.767/0001-80

Marca/modelo
REEFER 40 PÉS

Modalidade
Pregão

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 50.000,0000	31/07/2025	Não

Id da Compra
75120005900112024

Comprado em
31/07/2025

N° do Item
36

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de material de rancho e lavanderia para o Grupamento de Navios Hidroceanográficos e Navios subordinados

Esfera
Federal

UASG
751200

Nome UASG
GRUPAMENTO DE NAVIOS HIDROCEANOGRAFICOS

Forma
SISRP

Fornecedor
B10 LICITA LTDA

Ni Fornecedor
24.375.213/0001-66

Marca/modelo
CONTAINER REEFER 10

Modalidade
Pregão

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 52.000,0000	31/07/2025	Não

Id da Compra
75120005900112024

Comprado em
31/07/2025

N° do Item
35

Objeto da Compra
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de material de rancho e lavanderia para o Grupamento de Navios Hidroceanográficos e Navios subordinados

Esfera
Federal

UASG
751200

Nome UASG
GRUPAMENTO DE NAVIOS HIDROCEANOGRAFICOS

Forma
SISRP

Fornecedor
B10 LICITA LTDA

Ni Fornecedor
24.375.213/0001-66

Marca/modelo
CONTAINER REEFER 20

Modalidade
Pregão

Índice e Valor
-

Ata
Acesse a Ata

Edital
Acesse o Edital

Compra
Acesse a compra

Critério Julgamento Item
Menor Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	IV	GLOBAL COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Fornecedor	19		R$ 118.000,0000	11/06/2026	Sim

Identificação do Fornecedor
15.177.971/0001-89

Marca/modelo
Contêiner frigorífico de 40 pés HC

Endereço Eletrônico
Pesquisa direta com fornecedor

Data da Cotação
11/06/2026

Hora da Cotação
9:34

Validade da Cotação
11/08/2026

Contato
globalcomercioam@gmail.com

Informacões Adicionais
Rua Monteiro Lobato, 29 - Aleixo, Manaus - AM, 69.083-110

Anexos
proposta 12.pdf

Nota Técnica

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, sendo adotados os seguintes critérios:

I – consulta a contratações públicas similares constantes do sistema Compras.gov.br, por meio de pesquisa de preços em contratações públicas realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública;

IV – pesquisa direta com fornecedor do ramo pertinente ao objeto, mediante solicitação formal de cotação.

Para a composição do valor estimado da contratação do Contêiner Frigorificado 40 Pés High Cube, foram utilizados, prioritariamente, os valores obtidos em contratações públicas similares pesquisadas diretamente no sistema Compras.gov.br, complementados por uma cotação obtida diretamente junto a fornecedor especializado, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Foi utilizada como metodologia para obtenção do Valor Máximo Aceitável a mediana dos preços pesquisados, por se tratar de medida estatística mais robusta para conjuntos de dados que podem apresentar variações decorrentes das características específicas do objeto, das condições de fornecimento e das peculiaridades logísticas das contratações analisadas, permitindo maior representatividade do valor de mercado e reduzindo a influência de valores discrepantes.

ANÁLISE DA PESQUISA

Para esta pesquisa foi utilizado o CATMAT correspondente ao objeto licitado. Considerando que a descrição constante do catálogo de materiais possui caráter resumido, deverão prevalecer, para fins de apresentação de proposta e execução contratual, as especificações técnicas detalhadas constantes no Termo de Referência.

Durante a análise das contratações públicas obtidas por meio do sistema Compras.gov.br, verificou-se que alguns valores pesquisados apresentavam significativa divergência em relação ao conjunto dos demais preços coletados. Após análise técnica, constatou-se que tais contratações possuíam condições de fornecimento distintas da presente contratação, especialmente quanto ao local de entrega, às características logísticas e aos custos de transporte, fatores que influenciam diretamente na formação do preço final do objeto.

Considerando que a presente contratação prevê a entrega do objeto no município de Manaus/AM, região que possui peculiaridades logísticas e custos operacionais distintos daqueles verificados em diversas outras localidades do país, concluiu-se que a utilização desses valores poderia resultar em estimativa inferior à realidade do mercado, comprometendo a obtenção de um valor estimado compatível com as condições efetivas da contratação.

Dessa forma, os preços considerados incompatíveis com as características da presente contratação, em razão das diferenças de logística, local de entrega e demais condições comerciais, foram desconsiderados para fins de composição do valor estimado, observando-se os princípios da razoabilidade, da eficiência, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Para obtenção do Valor Máximo Aceitável foi adotada a metodologia da mediana dos preços obtidos nas contratações públicas pesquisadas e na cotação direta realizada junto ao fornecedor, por representar de forma mais adequada o comportamento dos preços praticados no mercado para o objeto pretendido, desconsiderando a influência de eventuais valores discrepantes e proporcionando maior segurança na formação do valor estimado da contratação.

Conclusão da Análise Crítica

Após a avaliação das contratações públicas pesquisadas e da cotação direta obtida junto a fornecedor especializado, conclui-se que os preços considerados para composição do valor estimado refletem adequadamente as condições de mercado aplicáveis ao objeto desta contratação. Os valores desconsiderados apresentavam características incompatíveis com o objeto pretendido, especialmente quanto ao local de entrega, logística de transporte e demais condições comerciais, razão pela qual sua exclusão preserva a confiabilidade da estimativa elaborada, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Declaro que a presente Pesquisa de Preços foi realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, tendo sido observados os critérios e parâmetros legais aplicáveis para a formação do valor estimado da contratação..

[redacted]**VO - 3º Sgt**
Responsável pela Pesquisa de Preços

Aprovo a Pesquisa de Preços elaborada para a aquisição de Contêineres Frigorificados Marítimos de 40 pés High Cube, bem como a metodologia utilizada para formação do valor estimado da contratação, por entender que foram observados os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Verifica-se que a pesquisa foi realizada mediante consulta a contratações públicas similares constantes do sistema Compras.gov.br, complementada por pesquisa direta junto a fornecedor do ramo, tendo sido adotada a mediana como metodologia para definição do valor estimado, após análise crítica das referências obtidas e desconsideração fundamentada dos preços incompatíveis com as condições da presente contratação.

[redacted]**- Maj**
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Edital 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	[redacted]RA	29/07/2026 08:27 (v 0.17)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64321.013341/2026-42

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

62/2026

CONTRATANTE - (UASG)

Comando da 12ª Região Militar - 160014

OBJETO

Aquisição de Contêiner frigorificado 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12ª Região Militar.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.848.065,40

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/08/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2026

(Processo Administrativo n° 64321.013341/2026-42)

Torna-se público que o Comando da 12ª Região Militar, por meio da *Seção de Aquisições, Licitações e Contratos*, sediado na *Avenida Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de contêiner frigorificado 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12º Região Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não é o caso

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. pessoas físicas.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço , conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ***de R$ 1,00 (um real)***.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens por:

7.20.1. empresas brasileiras;

7.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O **Pregoeiro/Agente de Contratação** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. O pregoeiro/agente de contratação de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.11. O pregoeiro/agente de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30 %**, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia devidamente assinada e reconhecida em cartório, conforme o caso.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **DUAS HORAS**.

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **10** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **10** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Não é o caso

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Não é o caso

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferi sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço do Comando da 12ª RM, sediado à Av. Coronel Teixeira, 6.123 - Ponta Negra, CEP 69037-000, na Seção de Licitações e Contratos, de segunda-feira a quinta-feira, no horário das 09:30 às 11:30 e 13: 30 às 16:00 horas.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1,1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de ***20*** **(*vinte*)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de ***0,5%*** a ***15%*** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de ***15%*** a ***30%*** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail pregao@12rm.eb.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço no Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, CEP 69037-000, seção de Licitações e Contratos.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, e e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Comando da 12ª RM, sediado na Av. Coronel Teixeira, 6.123 - Ponta Negra, CEP 69037-000, seção de licitações e contratos, de segunda-feira a quinta-feira, nos horário de 09:30 às 11:30 e 13:30 às 16:00 horas.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Formalização da Contratação;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;

16.11.3. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Manaus, AM, data da assinatura eletrônica.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

RA[redacted]

Autoridade competente

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Termo de Referência 37/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	[redacted]A NOVO	28/07/2026 18:05 (v 0.29)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	63/2026	64321.013341/2026-42

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° *64321.013341/2026-42*)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de *Contêiner frigorificado 40 pés High Cube,* destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12º Região Militar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	*Contêiner* Frigorífico 40 Pés. Material: aço inoxidável ou alumínio. Tipo: frigorífico 40 pés. E demais características detalhadas neste Termo de Referência e seus anexos.	478049	Und	19	R$ 97.266,60	R$ 1.848.065,40

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*
1.3. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*
1.4. O prazo de vigência da contratação inicia-se na certificação do recebimento da Nota de Empenho pela contratada e finda-se após a entrega do objeto e a liquidação das obrigações recíprocas*, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Qualquer divergência que haja entre a descrição de um item no sistema Comprasnet e neste Termo de Referência, prevalecerá sempre a descrição do item neste Termo de Referência para fins, tanto de apresentação de proposta por parte do proponente quanto para a entrega do material.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Especificação do Produto:

Container para transporte rodoviário, ferroviário ou naval. Material **NOVO**, de primeiro uso, vedado o fornecimento de contêiner usado, adaptado, recondicionado, remanufaturado ou objeto de recuperação, fabricado em aço inoxidável ou alumínio. Tipo: frigorífico. Aplicação: armazenamento de produtos resfriados e congelados. Características adicionais: Cor: Verde-Floresta Fosco (Federal Standard No 34.083), conforme Item (5.1.10.1.) deste Termo de Referência. **Dimensões Externas**: 12,19m (C) x 2,44m (L) x 2,90m (A). **Dimensões Internas**: 11,58m (C) x 2,20m (L) x 2,55m (A). **Altura da porta**: entre 2,49 e 2,54m. Acesso ao compartimento de carga por portas duplas, com abertura frontal padrão ISO. Peso da tara: 4.500 kg. Área de piso: 25,41 m². Capacidade: 63,27m³ ou 22 paletes. Sistema de refrigeração: elétrico, estabilizado contra raios UV, resistente a intempéries. A unidade de refrigeração deverá possuir data de fabricação não superior a 1 (um) ano em relação à data de entrega do equipamento, devendo essa condição ser comprovada mediante documentação emitida pelo fabricante. Alimentação elétrica trifásica de 440V ou compatível com plug industrial IEC 60309, 32A, 4 pinos (3F + T), com capacidade para manutenção contínua e prolongada de temperatura entre -25°C e -30°C. Com monitoramento ininterrupto de controle de temperatura, painel eletrônico microprocessado com display digital, registro de alarmes e indicação de falhas operacionais. Com sistema de degelo automático, drenagem de condensado, proteção contra alta e baixa pressão e proteção térmica do compressor. Alarmes mínimos para alta e baixa temperatura, falha de alimentação elétrica, falha de sensor, falha do compressor e necessidade de manutenção. Com proteção contra falta de fase, inversão de fase, sobrecorrente e sobretensão. Isolamento: Alto desempenho de isolamento, com estrutura reforçada para resistir ao frio extremo e ao vácuo, com isolamento em poliuretano rígido com espessuras de: 80 a 100 mm para as laterais, 100 a 120 mm para o teto e 120 a 150 mm para o piso, com barreira de vapor contínua e vedação reforçada. Com tratamento externo anticorrosivo e pintura padrão marítima. Parte interna: com placas de alumínio xadrez higiênicas. Piso interno em alumínio tipo “T-floor” ou equivalente, de alta resistência mecânica, compatível com circulação de ar sob a carga, movimentação por paleteiras e empilhadeiras e armazenamento paletizado. Iluminação interna em LED de 220V, visando economia de energia. Compressores: duplos e/ou semi-hermético reciprocante ou Scroll para resfriamento extremo ou que atendam à necessidade de manutenção contínua e prolongada de temperatura entre -25°C e -30°C ou com capacidade superior, com controlador de expansão eletrônica. Gás refrigerante: HFC-134A ou qualquer outro fluido refrigerante permitido pela legislação ambiental vigente, tecnicamente compatível com o sistema de refrigeração e capaz de manter, de forma contínua, temperatura entre -25°C e -30°C, mediante comprovação técnica do fabricante, sendo preferencialmente adotados fluidos de menor impacto ambiental, quando compatíveis com a aplicação e o desempenho exigido. Item de segurança: com liberação da porta interna com escotilha de escape e alarme. Por questões de controle e padronização, cada contêiner deve portar a Placa CSC (Safety Approval Plate), com dados como fabricante, ano, tara, MGW e aprovação internacional. E demais previsões das normas ISO 668, ISO 1161:2016 e ISO 1496-2:2018, no que couber. O fornecimento deverá contemplar entrega técnica assistida, ministrada por profissional capacitado pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada, abrangendo, no mínimo, a operação do equipamento, configuração do painel de controle, monitoramento da temperatura, procedimentos de segurança, limpeza, conservação e orientações sobre manutenção preventiva, sem ônus adicional para a Administração. Admite-se tolerância de até 5% exclusivamente para dimensões, peso, capacidade volumétrica e demais características físicas do equipamento, desde que não comprometam sua capacidade operacional, desempenho, compatibilidade

logística ou funcionalidade. Não será admitida tolerância para os requisitos relativos à faixa de temperatura de operação, alimentação elétrica, dispositivos de segurança, Placa CSC (Safety Approval Plate), atendimento às normas ISO aplicáveis, capacidade operacional do sistema de refrigeração e demais especificações vinculadas à segurança, desempenho e padronizações normatizadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. O contêiner frigorífico deverá utilizar fluido refrigerante permitido pela legislação ambiental vigente, observando as disposições do Protocolo de Montreal, da Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 14 de fevereiro de 2018, e demais normas aplicáveis à proteção da camada de ozônio e ao controle ambiental de substâncias refrigerantes.

4.1.2. O sistema de refrigeração deverá possuir eficiência energética compatível com sua finalidade operacional, priorizando, sempre que tecnicamente compatível, soluções que promovam a redução do consumo de energia elétrica, sem comprometer a capacidade de refrigeração, a estabilidade térmica e o desempenho exigido para a conservação de produtos refrigerados e congelados.

4.1.3. Os materiais empregados na fabricação do equipamento deverão apresentar resistência adequada à corrosão, à umidade, às intempéries e às condições climáticas características da Amazônia Ocidental, contribuindo para a ampliação da vida útil do equipamento, redução das necessidades de manutenção e utilização racional dos recursos públicos.

4.1.4. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser empregados materiais e componentes que possibilitem reciclagem, reutilização ou destinação ambientalmente adequada ao final de sua vida útil, observadas as especificações técnicas, os requisitos de segurança e a manutenção do desempenho operacional do equipamento.

4.1.5. A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis ao recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de fluidos refrigerantes, componentes e resíduos eventualmente substituídos durante a execução da garantia, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.1.6. As embalagens utilizadas para transporte e entrega do equipamento deverão, sempre que possível, ser constituídas por materiais recicláveis ou passíveis de reutilização, assegurando destinação ambientalmente adequada após sua utilização, sem comprometer a proteção do equipamento durante o transporte e armazenamento.

4.1.7. O equipamento deverá ser fornecido em conformidade com as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, observando as boas práticas de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

4.1.8. O equipamento deverá ser projetado para operação contínua em ambiente externo, apresentando resistência às condições climáticas da Amazônia Ocidental, incluindo elevadas temperaturas, alta umidade relativa do ar e intensa precipitação pluviométrica, de forma a maximizar sua durabilidade, eficiência operacional e sustentabilidade ao longo de seu ciclo de vida.

Da exigência de amostra

4.2. Não será exigida amostra na fase do aceite da proposta.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante.

Subcontratação

4.4. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

Garantia da contratação

4.5. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5**% (**cinco por cento**) do valor **total** da contratação.*

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora dessa vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta de fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da data de recebimento, pelo Fornecedor, em remessa única, conforme quantitativo especificado na Nota de Empenho.

5.1.2. O contêiner frigorificado deverá ser entregue completo, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de toda a documentação técnica aplicável, manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, certificados exigidos, relatório de testes operacionais, acessórios e demais componentes necessários à sua plena utilização, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

5.1.3. A contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a Administração, a entrega técnica do equipamento, ministrada por profissional capacitado pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada, contemplando, no mínimo, a apresentação das características e funcionalidades do contêiner frigorificado, operação do painel eletrônico de controle, configuração e monitoramento da temperatura, procedimentos de partida, operação e desligamento do equipamento, acionamento e interpretação dos alarmes do sistema,

orientações sobre limpeza, conservação e manutenção preventiva, bem como procedimentos básicos de segurança para sua correta utilização.

5.1.4. A entrega será acompanhada pela Comissão de Recebimento ou servidor formalmente designado pela Administração, para realização da inspeção, conferência das especificações técnicas e atesto do objeto.

5.1.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.1.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta ou nas normas técnicas aplicáveis, devendo ser corrigidos, substituídos ou complementados no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade quantitativa, qualitativa e funcional do equipamento, mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.7.1. O decurso do prazo para recebimento definitivo não implicará aceitação tácita quando houver pendência de teste funcional, documentação técnica, energização do equipamento, inconformidade aparente ou necessidade de diligência técnica.

5.1.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser concluída dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizado o recebimento definitivo ao término do referido prazo, sem prejuízo da responsabilização da contratada por eventuais vícios ou defeitos posteriormente constatados.

5.1.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes de defeitos de fabricação, vícios ocultos, falhas de funcionamento ou incorreta execução contratual.

5.1.10. Durante o recebimento definitivo poderão ser realizados testes operacionais e funcionais do sistema frigorífico, incluindo verificação da estabilização térmica, funcionamento dos alarmes, painel de controle, vedação das portas, iluminação interna, sistemas de segurança, integridade estrutural e demais requisitos técnicos previstos neste Termo de Referência.

5.1.11. Caso não seja possível realizar a entrega na data estabelecida, a contratada deverá comunicar formalmente as razões do atraso com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, para análise da Administração, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.2. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:* CECMA (Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia), Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000. As entregas poderão ocorrer de segunda-feira a quinta-feira das 09:30h às 11:45h e das 13:30h às 16: 00 horas e na sexta-feira, no horário das 08: 30h às 11:20h. **A entrega do material ocorrerá exclusivamente em Manaus/AM, não sendo exigida a entrega em outras localidades.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 08 (oito) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.9.1. No caso dos contêineres, posteriormente distribuídos para os municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Tabatinga, o prazo será de até 30 dias corridos aos moldes definidos por esta cláusula.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima e sempre que tecnicamente e logisticamente viável, ou quando a indisponibilidade comprometer a continuidade do serviço, poderá ser exigida solução provisória equivalente, sem ônus adicional para a Administração.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. *Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5**% (**zero vírgula cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20** (**vinte**) dias.*

*7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

*7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**e**” a “**h**” de **5%** (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**c**”, de **5**% (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**b**”, de **5**% (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5**% (**cinco** por cento) a **10**% (**dez** por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**a**”, de **0,5**% (**zero vírgula cinco** por cento) a **5**% (**cinco** por cento) do valor da contratação, por ocorrência.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10* (*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.
8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de deslocamento e desembarque no local de entrega estabelecido nesse documento, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. Não será admitida a antecipação de pagamento na presente contratação.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/06/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO.*

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo de* 10% do *valor total estimado da contratação.*

.9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.*

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.30. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.30.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento satisfatório de contêineres frigorificados, câmaras frigoríficas modulares ou outros equipamentos ou sistemas frigoríficos de porte e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores aos previstos nesta contratação.

9.30.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o conjunto dos atestados deverá demonstrar o fornecimento de quantitativo correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da quantidade total de contêineres frigorificados prevista para o respectivo item, equivalente a, no mínimo, 6 unidade(s).

9.30.2. Serão considerados de complexidade tecnológica e operacional equivalente os equipamentos ou sistemas que apresentem, cumulativamente ou conforme aplicável:

a) sistema ativo de refrigeração destinado à conservação ou ao armazenamento de produtos em temperatura controlada;

b) capacidade de operação em faixa de temperatura igual ou mais rigorosa que a exigida nesta contratação;

c) volume útil, capacidade frigorífica ou porte operacional compatível com, no mínimo, conforme especificação do item 3.1 do equipamento objeto da contratação;

d) sistema de controle, regulagem e monitoramento de temperatura; e

e) características de fornecimento, instalação, comissionamento ou testes compatíveis com as obrigações previstas no Termo de Referência, quando tais atividades integrarem o objeto.

9.30.3. Não serão considerados equivalentes, para atendimento da exigência, equipamentos frigoríficos de uso doméstico ou comercial de pequeno porte, tais como refrigeradores, frigobares, expositores, freezers domésticos ou equipamentos similares que não demonstrem complexidade operacional compatível com o objeto.

9.30.4. Será admitido o somatório de atestados para o alcance do quantitativo mínimo exigido, independentemente de terem sido emitidos em períodos distintos.

9.30.5. Os atestados deverão conter informações suficientes para identificação do objeto fornecido, da quantidade, do período de execução e da pessoa jurídica emitente. Quando as informações constantes do atestado não forem suficientes para aferir a compatibilidade, a Administração poderá realizar diligência e solicitar documentos complementares, como contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento, termos de recebimento, memoriais descritivos ou especificações técnicas, exclusivamente para esclarecer ou confirmar as informações já constantes da documentação apresentada.

9.30.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.7. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento de contêineres frigorificados, contêineres refrigerados, câmaras frigoríficas, equipamentos de refrigeração industrial ou bens de características técnicas compatíveis com o objeto desta contratação.

9.30.8. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

9.30.8.1. Razão social e CNPJ da entidade emitente;

9.30.8.2. Descrição do objeto fornecido, com características suficientes para demonstrar sua compatibilidade com o objeto licitado;

9.30.8.3. Quantitativo fornecido;

9.30.8.4. Período de execução ou data de fornecimento;

9.30.8.5. Declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória;

9.30.8.6. Identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

9.30.8.7. A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.30.9. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.30.10. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.30.11. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de* **R$ 1.848.065.40** *(***Um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, sessenta e cinco reais e quarenta centavos***), conforme custos unitários apostos na* ***tabela contida no item 1.1 acima.***

10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: 00001/160014;
II) Fonte de recursos: [COLOG];
III) Programa de trabalho: [a definir];
IV) Elemento de despesa: [44.90.52]; e
V) Plano interno: [E6SUSOLOUTR].

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus-AM, 23 de julho de 2026.

[redacted]**ECA - Cap**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

13. ANEXO I

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 dias,* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar *a Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital,* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.***

2.2. ***O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.***

3. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *20 (vinte) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo

com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Manaus-AM, de de 2026.

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]**CA**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 28/07/2026 às 18:05:59.

[redacted]**OVO**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 28/07/2026 às 18:01:20.

[redacted]**ZA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 28/07/2026 às 18:01:49.

[redacted]**ATOS**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 28/07/2026 às 18:04:13.

[redacted]**UZA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Estudo Técnico Preliminar 57/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64321.013341/2026-42

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar as condições logísticas para que a 12ª Região Militar (12ª RM) cumpra sua missão institucional de manter a prontidão de seus meios, com efetividade e critério, além de cooperar com as missões do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Exército Brasileiro (EB).

2.2. O interesse público exige a sustentação operacional das tropas na Amazônia Ocidental, o que depende diretamente da regularidade do abastecimento e da segurança alimentar das Organizações Militares (OM) e dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Atualmente, vulnerabilidades na cadeia logística comprometem a conservação dos suprimentos de Subsistência (Classe I), aumentando os riscos de perdas de gêneros alimentícios e de desabastecimento em áreas estratégicas isoladas.

2.3. A subsistência das OM e dos PEF depende de uma cadeia logística de gêneros alimentícios secos, refrigerados e congelados que apresenta limitações estruturais relacionadas à armazenagem, conservação e distribuição dos suprimentos. Essa condição é agravada pelas características geográficas e climáticas da Amazônia Ocidental, especialmente durante os períodos de seca extrema, que reduzem a navegabilidade dos rios e dificultam o fluxo logístico contínuo.

2.4. Nesse contexto, a insuficiência da capacidade de armazenagem frigorificada reduz a capacidade de formação de estoques reguladores e de segurança, aumentando o risco de perdas decorrentes do perecimento de gêneros alimentícios e comprometendo a eficiência da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I).

2.5. A adequada conservação dos gêneros alimentícios perecíveis e congelados constitui requisito essencial para a manutenção da qualidade dos suprimentos destinados às tropas, devendo ser observadas as condições de armazenamento sob temperatura controlada e as boas práticas sanitárias aplicáveis à conservação de alimentos.

2.6. Conforme preconiza o Boletim Técnico nº 30.415-01 (2021, 2ª Edição) da Diretoria de Abastecimento, as Regiões Militares detêm jurisdição territorial plena sobre as atividades concernentes ao apoio logístico em suas respectivas áreas de responsabilidade.

2.7. No tocante à cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I), compete à 12ª Região Militar o controle, a fiscalização e a coordenação das Organizações Militares e dos Órgãos Provedores vinculados, atribuição operacionalizada por intermédio do Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL).

2.8. Ademais, o Regimento Interno do Comando da 12ª Região Militar (Aditamento nº 196, de 25 de outubro de 2018), em seu Capítulo VI, ratifica a competência do CCOL para o desenvolvimento de soluções logísticas estratégicas, destacando-se:

XVII – Proposição de medidas voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da eficiência e eficácia das atividades da Região Militar, com ênfase no vetor logístico;

XXI – Condução de estudos e planejamentos integrados para alinhar o suporte logístico e de mobilização da 12ª RM ao planejamento operacional do Comando Militar da Amazônia (CMA).

2.9. Sob esse prisma, a Subseção de Planejamento e Coordenação, vetor integrante do CCOL, detém a atribuição precípua de apoiar o planejamento e monitorar a execução dos Projetos Estratégicos Organizacionais (PEO).

2.10. Diante desse cenário, o Comando da 12ª Região Militar instituiu a Diretriz de Implantação do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, que prevê o fortalecimento da infraestrutura logística destinada à armazenagem e conservação de suprimentos de Subsistência (Classe I), com vistas à ampliação da capacidade de estocagem e à manutenção da cadeia de frio dos gêneros alimentícios distribuídos às Organizações Militares apoiadas.

2.11. Entre os objetivos estabelecidos pelo referido projeto destacam-se:

I – ampliar a capacidade de armazenagem de gêneros Classe I em toda a cadeia de suprimento da Amazônia Ocidental, abrangendo as Organizações Militares da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, 16ª Brigada de Infantaria de Selva, 17ª Brigada de Infantaria de Selva e 2ª Brigada de Infantaria de Selva, desde Manaus, como Hub Logístico Regional, até as Grandes Unidades e seus respectivos Pelotões Especiais de Fronteira;

II – incrementar a capacidade de conservação de gêneros alimentícios perecíveis e frigorificados, contribuindo para a manutenção da cadeia de frio e para a preservação da qualidade dos suprimentos distribuídos às Organizações Militares apoiadas;

III – fortalecer a infraestrutura logística destinada à armazenagem e conservação de suprimentos de Subsistência (Classe I), ampliando a capacidade de formação e manutenção de estoques reguladores e de segurança.

2.12. Alinhado às diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, restou definida a necessidade de ampliação da infraestrutura de armazenagem frigorificada da 12ª Região Militar, por meio da aquisição de contêineres frigorificados destinados à conservação de gêneros alimentícios perecíveis e congelados.

2.13. A solução em contêiner frigorificado apresenta características de modularidade, flexibilidade de emprego, mobilidade operacional e rapidez de implantação compatíveis com as necessidades logísticas da Amazônia Ocidental, permitindo a ampliação da capacidade de armazenagem sob temperatura controlada sem a necessidade de intervenções permanentes de infraestrutura.

2.14. Nesse contexto, a aquisição dos contêineres frigorificados constitui medida destinada à ampliação da capacidade de armazenagem refrigerada e congelada, à preservação da qualidade dos suprimentos de Subsistência (Classe I), à manutenção dos estoques de segurança e ao fortalecimento da capacidade logística da 12ª Região Militar.

2.15 Embora o Documento de Formalização da Demanda (DFD) contemple o Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental em sua concepção integral — abrangendo, de forma sistêmica, medidas relacionadas à armazenagem, transporte, conservação, manipulação e apoio à cadeia de frio — o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) restringe seu escopo, deliberadamente, a uma fração específica das aquisições planejadas no âmbito do referido projeto.

2.16 Nesse sentido, a presente contratação refere-se exclusivamente à aquisição de contêineres frigorificados de 40 pés High Cube, por se tratar de solução autônoma, padronizada, de pronta disponibilidade no mercado e apta a promover, de imediato, a ampliação da capacidade de armazenagem frigorificada. Ressalta-se, portanto, que, embora fundamentada no DFD como instrumento orientador global, esta licitação não esgota o conjunto de soluções previstas, tampouco contempla a totalidade das necessidades identificadas no planejamento do Projeto Sustentação Logística.

2.17 As demais demandas correlatas — tais como aquisição de equipamentos auxiliares deverão ser objeto de estudos técnicos preliminares próprios e instrução de processos licitatórios específicos, observada a devida segmentação das contratações, em consonância com as diretrizes de planejamento, economicidade e eficiência administrativa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe Centro de Coordenação de Operações Logísticas (Ch CCOL)	TC R[redacted]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação compreende o fornecimento de contêiner frigorífico marítimo/intermodal de 40 pés High Cube, novo, de primeiro uso, vedado o fornecimento de equipamento usado, adaptado, recuperado, remanufaturado ou recondicionado, acompanhado de todos os componentes, acessórios, dispositivos de segurança e documentação técnica necessários ao seu pleno funcionamento.

4.2. O equipamento deverá possuir características técnicas compatíveis com a finalidade da contratação, assegurando condições adequadas para o armazenamento de produtos refrigerados e congelados, operação contínua, elevada confiabilidade operacional e manutenção da cadeia de frio, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.3. A unidade de refrigeração deverá ser integrada ao equipamento, apta à operação contínua, compatível com as condições climáticas da Amazônia Ocidental e capaz de manter a faixa de temperatura exigida para conservação dos produtos armazenados, observadas as especificações técnicas definidas pela Administração.

4.4. O equipamento deverá apresentar desempenho operacional compatível com sua finalidade, assegurando a conservação contínua de gêneros alimentícios refrigerados e congelados, estabilidade térmica, confiabilidade de funcionamento e disponibilidade para utilização permanente, de modo a atender às necessidades operacionais da Administração.

4.5. O contêiner deverá apresentar elevada resistência estrutural, isolamento térmico adequado, proteção contra corrosão, elevada umidade, intempéries e demais condições ambientais características da Amazônia Ocidental, garantindo durabilidade, confiabilidade operacional e redução das necessidades de manutenção.

4.6. O equipamento deverá possuir dimensões, configuração construtiva e características compatíveis com as necessidades logísticas da Administração, permitindo seu transporte, movimentação, instalação e operação nas Organizações Militares apoiadas pela 12ª Região Militar, sem prejuízo da eficiência operacional e da manutenção da cadeia de frio.

4.7. A solução deverá corresponder a equipamento padronizado, amplamente disponível no mercado nacional, possibilitando a competitividade do certame, a ampla participação de fornecedores especializados e o atendimento aos prazos de fornecimento estabelecidos pela Administração.

4.8. O equipamento deverá atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto, inclusive quanto aos requisitos de segurança, fabricação, desempenho, identificação e certificação, observadas as normas nacionais e internacionais pertinentes.

4.9. O fornecimento deverá contemplar todos os manuais de operação, manutenção e garantia em língua portuguesa, certificados exigidos, documentação técnica, identificação do fabricante e demais documentos necessários ao recebimento do equipamento.

4.10. A contratada deverá prestar entrega técnica assistida, ministrada por profissional capacitado pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada, contemplando, no mínimo, orientações quanto à operação do equipamento, utilização do painel eletrônico, monitoramento da temperatura, procedimentos de segurança, limpeza, conservação e manutenção preventiva.

4.11. O equipamento deverá ser fornecido com garantia contratual e assistência técnica, abrangendo defeitos de fabricação, falhas operacionais e substituição de componentes durante o período estabelecido no Termo de Referência.

4.12. A solução deverá apresentar características compatíveis com a realidade logística da 12ª Região Militar, contribuindo para a ampliação da capacidade de armazenagem frigorificada, preservação da cadeia de frio, aumento da disponibilidade operacional e redução dos riscos de perdas de gêneros alimentícios destinados ao apoio das Organizações Militares apoiadas.

CLÁUSULAS DE SUSTENTABILIDADE

4.10. A contratação deverá observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e demais normas correlatas.

4.11. O contêiner frigorífico deverá utilizar fluido refrigerante permitido pela legislação ambiental vigente, observando as disposições do Protocolo de Montreal, da Resolução CONAMA nº 340/2003, da Instrução Normativa IBAMA nº 05/2018 e demais normas aplicáveis à proteção da camada de ozônio e ao controle ambiental de substâncias refrigerantes.

4.12. O sistema de refrigeração deverá possuir eficiência energética compatível com sua finalidade operacional, buscando a redução do consumo de energia elétrica sem prejuízo do desempenho necessário à conservação de produtos refrigerados e congelados.

4.13. Os materiais empregados na fabricação do equipamento deverão possuir resistência adequada à corrosão, à umidade e às condições climáticas severas da Amazônia Ocidental, contribuindo para a ampliação da vida útil do equipamento e para a utilização racional dos recursos públicos.

4.14. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser empregados materiais e componentes que possibilitem reciclagem, reutilização ou destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil do equipamento, observadas as especificações técnicas e os requisitos de segurança aplicáveis.

4.15. A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis ao recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de fluidos refrigerantes, componentes e resíduos eventualmente substituídos durante a execução da garantia.

4.16. As embalagens utilizadas para transporte e entrega do equipamento deverão, sempre que possível, ser constituídas por materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento, garantindo destinação ambientalmente adequada após sua utilização.

4.17. O equipamento deverá ser fornecido em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis ao objeto, observando-se as boas práticas de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Os equipamentos deverão apresentar adequada integridade estrutural, eficiência operacional, confiabilidade e desempenho compatíveis com as condições de emprego previstas, garantindo a conservação dos gêneros alimentícios e o fornecimento contínuo de energia elétrica.

5.2. O levantamento de mercado e a pesquisa de preços foram conduzidos em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizada como referência metodológica para identificação de fornecedores, obtenção de preços estimados e análise das soluções disponíveis no mercado.

5.3. Para fins de levantamento das soluções existentes e verificação da viabilidade da contratação, foram utilizados, sempre que possível, os seguintes parâmetros:

I – contratações similares realizadas pela Administração Pública;

II – pesquisas diretas com fornecedores especializados;

III – consulta a sítios eletrônicos especializados e bancos de preços públicos;

IV – especificações técnicas disponibilizadas por fabricantes e fornecedores;

V – atas de registro de preços e instrumentos congêneres disponíveis para consulta.

5.4. O levantamento considerou soluções existentes no mercado nacional destinadas ao armazenamento refrigerado e congelado de gêneros alimentícios, com foco em aplicações logísticas de grande capacidade e operação contínua em ambientes sujeitos a elevadas temperaturas e umidade, características predominantes da Amazônia Ocidental.

5.5. Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, Organizações Militares e demais instituições que demandam armazenamento frigorificado para preservação de produtos perecíveis e congelados.

5.6. O levantamento identificou ampla disponibilidade de contêineres frigorificados do tipo marítimo/intermodal, padrão ISO, equipados com unidade de refrigeração integrada, aptos a operar em regime contínuo e compatíveis com as necessidades da Administração.

5.7. As soluções identificadas apresentam ampla oferta comercial, padronização de mercado e especificações técnicas objetivamente definíveis, enquadrando-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a realização da contratação por meio de pregão eletrônico.

5.8. Durante o levantamento, verificou-se que a aquisição de contêiner frigorificado apresenta maior vantajosidade para a Administração quando comparada a adaptações estruturais permanentes ou instalações convencionais de câmaras frigoríficas, considerando aspectos relacionados à mobilidade, rapidez de implantação, flexibilidade operacional, redução de custos de infraestrutura e possibilidade de realocação conforme a necessidade logística.

5.8.1 tabela resumo das alternativas:

Alternativa	Vantagens	Desvantagens / riscos	Conclusão sugerida
Aquisição de contêiner frigorificado	Modularidade, mobilidade, rápida implantação, padronização de mercado e possibilidade de realocação.	Depende de energia compatível, base nivelada, proteção física, acesso e manutenção.	Solução recomendada para a etapa atual, uma vez que a infraestrutura necessária já está prevista em Projeto.
Câmara frigorífica fixa	Alta estabilidade operacional e possibilidade de dimensionamento sob medida.	Exige obra, projeto, prazo maior, eventuais licenças, maior custo de implantação e baixa mobilidade.	Menos adequada para resposta rápida e emprego modular na cadeia logística.
Freezers horizontais	Baixo custo unitário, facilidade de aquisição e uso descentralizado.	Capacidade limitada, maior pulverização da gestão, maior consumo agregado e menor robustez logística.	Solução complementar, não substitutiva dos contêineres.

Locação de contêiner frigorificado	Menor desembolso inicial e possibilidade de atendimento temporário.	Custo recorrente, dependência contratual, disponibilidade regional incerta e menor domínio patrimonial.	Não há cenário temporário que justifique vantajosidade.
Transporte refrigerado terceirizado	Reduz necessidade de ativos próprios e pode apoiar rotas específicas.	Dependência de fornecedor, risco de indisponibilidade regional e menor controle sobre a cadeia de frio.	Solução complementar para distribuição, não para formação de estoque de segurança.

5.9. Constatou-se que a ausência da solução pretendida mantém vulnerabilidades na cadeia logística da 12ª Região Militar, especialmente quanto:

I – à insuficiência da capacidade de armazenamento refrigerado e congelado;

II – ao risco de perecimento de gêneros alimentícios;

III – à limitação da capacidade de formação de estoques estratégicos;

IV – ao aumento do risco de desabastecimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira;

V – aos impactos decorrentes de interrupções na cadeia de frio durante períodos de restrição logística e condições climáticas adversas.

5.10. Considerando as peculiaridades operacionais da Amazônia Ocidental, concluiu-se que a aquisição de contêiner frigorificado de 40 pés High Cube constitui a solução mais adequada para ampliação da capacidade de armazenamento refrigerado e congelado, assegurando maior segurança alimentar, eficiência logística e continuidade do abastecimento às Organizações Militares apoiadas.

5.11. A solução identificada demonstrou plena viabilidade técnica e operacional para atendimento das necessidades da Administração, não sendo constatada necessidade de desenvolvimento de solução específica fora dos padrões usuais de mercado.

5.12. O levantamento de mercado demonstrou, por fim, a existência de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas pretendidas pela Administração, assegurando competitividade ao certame, viabilidade da contratação e observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de contêiner frigorificado de 40 pés High Cube, com unidade de refrigeração integrada, destinado ao fortalecimento da infraestrutura logística de armazenagem da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I) da 12ª Região Militar (12ª RM), no âmbito do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental.

6.2. A contratação tem por finalidade ampliar a capacidade de conservação e estocagem de gêneros alimentícios perecíveis e congelados destinados ao atendimento das Organizações Militares (OM) e dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) situados na área de responsabilidade da 12ª Região Militar.

6.3. A solução foi concebida considerando as características operacionais da Amazônia Ocidental, marcadas por grandes distâncias, restrições de infraestrutura, elevada umidade relativa do ar, altas temperaturas, dependência do transporte fluvial e períodos de restrição logística decorrentes das condições climáticas regionais.

6.4 O contêiner frigorificado deverá ser fornecido completo, **de primeiro uso, com fabricação recente, não recondicionado, não remanufaturado, vedado o fornecimento de material usado ou adaptado**, devendo ser originalmente produzido em fábrica como unidade refrigerada (contêiner frigorificado tipo *reefer*), com unidade de refrigeração integrada, apto ao funcionamento contínuo e adequado ao armazenamento de gêneros alimentícios sob temperatura controlada, observadas as especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

6.5 Adicionalmente, a unidade de refrigeração (motor) deverá apresentar **data de fabricação não superior a 1 (um) ano**, contado da data de entrega do equipamento, devidamente comprovada por documentação do fabricante.

6.6 A solução contempla o fornecimento do equipamento, manuais técnicos, garantia, assistência técnica durante o período de garantia e treinamento operacional destinado aos militares e servidores indicados pela Administração, de forma a assegurar sua adequada utilização, conservação e operação.

6.7 A adoção da solução permitirá:

I – ampliar a capacidade de armazenagem de gêneros alimentícios perecíveis e congelados;

II – preservar a cadeia de frio dos suprimentos de Subsistência (Classe I);

III – reduzir perdas decorrentes do perecimento e da deterioração dos produtos armazenados;

IV – proporcionar melhores condições para formação e manutenção de estoques reguladores e de segurança;

V – contribuir para a continuidade do abastecimento das Organizações Militares apoiadas;

VI – aumentar a eficiência das atividades de apoio logístico conduzidas pela 12ª Região Militar;

VII – fortalecer a capacidade de sustentação logística das tropas empregadas na Amazônia Ocidental.

6.8 A solução foi definida a partir do levantamento de mercado realizado, considerando critérios de viabilidade técnica, disponibilidade comercial, economicidade, padronização de mercado, competitividade e adequação às necessidades operacionais da Administração.

6.9 Verificou-se que a aquisição de contêiner frigorificado representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando sua capacidade de armazenagem, flexibilidade de emprego, rapidez de implantação, mobilidade operacional e menor necessidade de intervenções permanentes em infraestrutura quando comparada a soluções convencionais de construção de câmaras frigoríficas.

6.10 O equipamento deverá possuir características compatíveis com operação contínua em ambiente amazônico, observando requisitos mínimos de robustez estrutural, durabilidade, confiabilidade operacional, eficiência energética, facilidade de manutenção e resistência às condições climáticas predominantes na região.

6.11 O contêiner frigorificado deverá atender às normas técnicas aplicáveis, às exigências sanitárias pertinentes ao armazenamento de alimentos e aos requisitos de segurança operacional previstos na legislação vigente e nas especificações técnicas da contratação.

6.12 A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

6.13 A solução encontra-se alinhada às diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, ao Boletim Técnico nº 30.415-01/2021 da Diretoria de Abastecimento e às competências atribuídas ao Centro de Coordenação de Operações Logísticas (CCOL) da 12ª Região Militar.

6.14 A implementação da solução contribuirá para o fortalecimento da infraestrutura logística da 12ª Região Militar, ampliando a capacidade de conservação de suprimentos de Subsistência (Classe I) e proporcionando melhores condições para o apoio logístico às Organizações Militares localizadas em sua área de responsabilidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa quantitativa de 19 (dezenove) unidades decorre da necessidade de distribuição da capacidade frigorificada ao longo da cadeia de suprimento Classe I, contemplando o Órgão Provedor, Grandes Unidades, Comandos de Fronteira e elementos apoiados, conforme diretrizes do Projeto Sustentação Logística. O quantitativo considera a capacidade interna mínima de cada contêiner, a necessidade de formação de estoques reguladores, a descentralização da cadeia de frio, os riscos de interrupção logística nos períodos de seca e a necessidade de redundância mínima para manutenção da continuidade do abastecimento, conforme estimativa de distribuição a seguir discriminada:

Organização Militar	Quantidade
Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA)	12
3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS)	1
16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf Sl)	3
2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl)	3

Item	CAT /MAT	Descrição	Unid	Qnt Total	Valor Estimado	Valor Total (R$)
		Container para transporte rodoviário, ferroviário ou naval. Material				

1	478049	**NOVO**, de primeiro uso, vedado o fornecimento de contêiner usado, adaptado, recondicionado, remanufaturado ou objeto de recuperação, fabricado em aço inoxidável ou alumínio. Tipo: frigorífico. Aplicação: armazenamento de produtos resfriados e congelados. Características adicionais: Cor: Verde-Floresta Fosco (Federal Standard No 34.083), conforme Item (5.1.10.1.) deste Termo de Referência. **Dimensões Externas**: 12,19m (C) x 2,44m (L) x 2,90m (A). **Dimensões Internas**: 11,58m (C) x 2,20m (L) x 2,55m (A). **Altura da porta**: entre 2,49 e 2,54m. Acesso ao compartimento de carga por portas duplas, com abertura frontal padrão ISO. Peso da tara: 4.500 kg. Área de piso: 25,41 m². Capacidade: 63,27m³ ou 22 paletes. Sistema de refrigeração: elétrico, estabilizado contra raios UV, resistente a intempéries. A unidade de refrigeração deverá possuir data de fabricação não superior a 1 (um) ano em relação à data de entrega do equipamento, devendo essa condição ser comprovada mediante documentação emitida pelo fabricante. Alimentação elétrica trifásica de 440V ou compatível com plug industrial IEC 60309, 32A, 4 pinos (3F + T), com capacidade para manutenção contínua e prolongada de temperatura entre -25°C e -30° C. Com monitoramento ininterrupto de controle de temperatura, painel eletrônico microprocessado com display digital, registro de alarmes e indicação de falhas operacionais. Com sistema de degelo automático, drenagem de condensado, proteção contra alta e baixa pressão e proteção térmica do compressor. Alarmes mínimos para alta e baixa temperatura, falha de alimentação elétrica, falha de sensor, falha do compressor e necessidade de manutenção. Com proteção contra falta de fase, inversão de fase, sobrecorrente e sobretensão. Isolamento: Alto desempenho de isolamento, com estrutura reforçada para resistir ao frio extremo e ao vácuo, com isolamento em poliuretano rígido com espessuras de: 80 a 100 mm para as laterais, 100 a 120 mm para o teto e 120 a 150 mm para o piso, com barreira de vapor contínua e vedação reforçada. Com tratamento externo anticorrosivo e pintura padrão marítima. Parte interna: com placas de alumínio xadrez higiênicas. Piso interno em alumínio tipo “T-floor” ou equivalente, de alta resistência mecânica, compatível com circulação de ar sob a carga, movimentação por paleteiras e empilhadeiras e armazenamento paletizado. Iluminação interna em LED de 220V, visando economia de energia. Compressores: duplos e/ou semi-hermético reciprocante ou Scroll para resfriamento extremo ou que atendam à necessidade de manutenção contínua e prolongada de temperatura entre -25°C e -30° C ou com capacidade superior, com controlador de expansão eletrônica. Gás refrigerante: HFC-134A ou qualquer outro fluido refrigerante permitido pela legislação ambiental vigente, tecnicamente compatível com o sistema de refrigeração e capaz de manter, de forma contínua, temperatura entre -25°C e -30°C, mediante comprovação técnica do fabricante, sendo preferencialmente adotados fluidos de menor impacto ambiental, quando compatíveis com a aplicação e o desempenho exigido. Item de segurança: com liberação da porta interna com escotilha de escape e alarme. Por questões de controle e padronização, cada contêiner deve portar a Placa CSC (Safety Approval Plate), com dados como fabricante, ano, tara, MGW e aprovação internacional. E demais previsões das normas ISO 668, ISO 1161:2016 e ISO 1496-2: 2018, no que couber. O fornecimento deverá contemplar entrega técnica assistida, ministrada por profissional capacitado pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada, abrangendo, no mínimo, a operação do equipamento, configuração do painel de controle, monitoramento da temperatura, procedimentos de segurança, limpeza, conservação e orientações sobre manutenção preventiva, sem ônus adicional para a Administração. Admite-se tolerância de até 5% exclusivamente para dimensões, peso, capacidade volumétrica e demais características físicas do equipamento, desde que não comprometam sua capacidade operacional, desempenho, compatibilidade logística ou funcionalidade. Não será admitida tolerância para os requisitos	Und	19	**R$ 97.266,60**	1.848.065,40	

		relativos à faixa de temperatura de operação, alimentação elétrica, dispositivos de segurança, Placa CSC (Safety Approval Plate), atendimento às normas ISO aplicáveis, capacidade operacional do sistema de refrigeração e demais especificações vinculadas à segurança, desempenho e padronizações normatizadas.				
TOTAL ESTIMADO (R$):						1.848.065,40

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 1.848.065,04

Os valores estimados da contratação foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada em conformidade com o §1º do art. 23 da Lei nº 14.133 /2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante a utilização dos parâmetros de consulta a contratações públicas similares constantes dos sistemas oficiais de governo e pesquisa direta junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto.

A metodologia adotada buscou identificar valores compatíveis com os praticados no mercado, observando as especificações técnicas da contratação, as condições de fornecimento e as particularidades logísticas inerentes à execução do objeto.

As pesquisas realizadas encontram-se anexadas aos autos do processo e resultaram em valor total estimado de R$ 1.848.065,40 (Um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, sessenta e cinco reais e quarenta centavos), servindo de referência para o planejamento da contratação e para a verificação da vantajosidade da solução proposta.

Registre-se que o valor constante do DFD possui natureza preliminar e estimativa inicial da demanda. Após o refinamento das especificações técnicas e a realização da pesquisa de preços no âmbito do ETP, chegou-se ao valor unitário estimado de R$ 97.266,60, totalizando R$ 1.848.065,40 para 19 unidades, valor que deverá prevalecer como referência para a fase preparatória da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não será parcelada, tendo em vista que o objeto consiste em equipamento integrado e indivisível do ponto de vista técnico, operacional e funcional, cuja adequada execução depende da compatibilidade plena entre todos os componentes do sistema frigorífico e da estrutura do contêiner.

O parcelamento da solução poderá comprometer a padronização, a responsabilidade técnica, a garantia de funcionamento, a integração dos sistemas e a eficiência operacional do equipamento, além de aumentar os riscos relacionados à execução contratual, manutenção e suporte técnico.

Adicionalmente, verifica-se que a contratação em item único não compromete a competitividade do certame, considerando a existência de fornecedores especializados aptos ao fornecimento integral do objeto pretendido.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento mostra-se tecnicamente mais adequado e economicamente mais vantajoso para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias à aquisição dos contêineres frigorificados. Entretanto, para garantir sua adequada instalação e funcionamento, as Organizações Militares beneficiárias deverão providenciar previamente a infraestrutura mínima necessária, compreendendo rede elétrica compatível, base nivelada e resistente, sistema de aterramento, drenagem, acesso para movimentação dos equipamentos e condições de segurança patrimonial. Tais providências constituem responsabilidade da Administração e deverão estar disponíveis antes da entrega e da entrada em operação dos equipamentos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada aos objetivos institucionais da 12ª Região Militar (12ª RM), do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Exército Brasileiro (EB), especialmente no que se refere ao fortalecimento da capacidade de armazenagem e conservação de suprimentos de Subsistência (Classe I) destinados ao apoio das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira localizados na Amazônia Ocidental.

11.2. A demanda não foi contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente, uma vez que sua necessidade foi consolidada posteriormente à elaboração do referido instrumento de planejamento, em decorrência dos estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental.

11.3. Os estudos realizados evidenciaram a necessidade de ampliação da infraestrutura destinada à armazenagem frigorificada de gêneros alimentícios perecíveis e congelados, como medida de apoio à cadeia logística de Subsistência (Classe I) sob responsabilidade da 12ª Região Militar.

11.4. Considerando a relevância da demanda para a continuidade do abastecimento das Organizações Militares apoiadas e para a preservação das condições adequadas de conservação dos suprimentos, a ausência de previsão inicial no PCA não afasta a necessidade da contratação, devendo ser observados os procedimentos administrativos aplicáveis para atualização dos instrumentos de planejamento, quando cabível.

11.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação mantém alinhamento com o planejamento institucional da 12ª Região Militar e com as diretrizes do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, contribuindo para o aperfeiçoamento da infraestrutura logística destinada ao armazenamento e conservação de suprimentos de Subsistência (Classe I).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação tem por finalidade ampliar a capacidade de armazenagem frigorificada da cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I) da 12ª Região Militar, contribuindo para a conservação adequada de gêneros alimentícios perecíveis e congelados destinados ao atendimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira localizados em sua área de responsabilidade.

12.2. Os principais benefícios esperados com a contratação são:

I – ampliação da capacidade de armazenagem refrigerada e congelada de gêneros alimentícios;

II – melhoria das condições de conservação dos suprimentos de Subsistência (Classe I);

III – manutenção da cadeia de frio dos produtos perecíveis e congelados;

IV – redução de perdas decorrentes de perecimento e deterioração de alimentos;

V – aumento da capacidade de formação e manutenção de estoques reguladores e de segurança;

VI – redução do risco de desabastecimento das Organizações Militares e dos Pelotões Especiais de Fronteira;

VII – incremento da eficiência das atividades de armazenagem e gestão de estoques;

VIII – melhoria da disponibilidade logística de gêneros alimentícios destinados ao apoio das tropas;

IX – ampliação da capacidade de resposta logística durante períodos de restrição de navegabilidade e dificuldades de abastecimento;

X – fortalecimento da infraestrutura logística destinada à cadeia de suprimento de Subsistência (Classe I).

12.3. A utilização de contêineres frigorificados permitirá ampliar a capacidade de conservação de gêneros alimentícios sob temperatura controlada, proporcionando melhores condições para armazenamento de produtos perecíveis e congelados.

12.4. Sob o aspecto da economicidade, a solução contribuirá para redução de perdas de suprimentos, melhor aproveitamento dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios e maior eficiência na gestão dos estoques.

12.5. Os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à ampliação da capacidade de armazenagem frigorificada e ao aperfeiçoamento da infraestrutura logística utilizada no apoio às Organizações Militares sob responsabilidade da 12ª Região Militar.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para assegurar a adequada implementação da solução proposta e a obtenção dos resultados pretendidos, a Administração deverá adotar as medidas necessárias ao recebimento, instalação, operação, acompanhamento e fiscalização do contêiner frigorificado objeto da contratação.

13.2 Deverão ser designados formalmente os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os normativos internos aplicáveis ao Exército Brasileiro.

13.3 A Administração deverá disponibilizar local adequado para recebimento, em Organização Militar (OM) localizada na cidade de Manaus - AM, instalação e operação do contêiner frigorificado, observando as condições mínimas de infraestrutura necessárias ao seu funcionamento, bem como as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos manuais fornecidos pelo fabricante.

13.4 Deverão ser adotadas as providências necessárias ao recebimento provisório e definitivo do equipamento, mediante verificação da conformidade quantitativa, qualitativa, funcional e documental do bem fornecido.

13.5 A Administração deverá indicar os militares e servidores que participarão do treinamento operacional e das orientações técnicas a serem ministradas pela contratada, de forma a assegurar a adequada utilização, conservação e operação do equipamento.

13.6 Após o recebimento definitivo, deverão ser realizados os procedimentos administrativos necessários à incorporação patrimonial do bem e à sua inclusão nos sistemas de controle logístico e patrimonial do Exército Brasileiro.

13.7 Durante o período de garantia, a Administração deverá acompanhar o desempenho operacional do equipamento, registrando eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias para acionamento da assistência técnica disponibilizada pela contratada.

13.8 A Administração deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a adequada utilização do contêiner frigorificado, observando as orientações do fabricante quanto à operação, conservação, manutenção preventiva e condições de armazenamento dos gêneros alimentícios.

13.9 Conforme a Declaração de Escopo do Projeto Sustentação Logística na Amazônia Ocidental, foram apontadas providências administrativas e infraestruturais necessárias à plena operacionalização dos contêineres frigorificados, especialmente quanto à definição dos locais de instalação, disponibilidade de rede elétrica compatível, aterramento, proteção contra intempéries, base nivelada, drenagem, acesso para içamento/movimentação e condições de segurança.

13.10 As referidas providências serão executadas pelas Organizações Militares (contempladas com os contêineres) mediante licitação específica, sem prejuízo da autonomia da presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação possui potencial de gerar impactos ambientais relacionados à fabricação, transporte, operação, manutenção e destinação final do contêiner frigorífico, especialmente quanto ao consumo de energia elétrica, utilização de fluidos refrigerantes, substituição de componentes e geração de resíduos ao longo de seu ciclo de vida.

14.2. O equipamento deverá utilizar fluido refrigerante permitido pela legislação ambiental vigente, observando as disposições do Protocolo de Montreal, da Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 14 de fevereiro de 2018, e demais normas ambientais aplicáveis.

14.3. O sistema de refrigeração deverá possuir eficiência energética compatível com sua finalidade operacional, priorizando, quando tecnicamente viável, soluções que promovam a redução do consumo de energia elétrica sem comprometer o desempenho exigido para conservação dos produtos refrigerados e congelados.

14.4. Os materiais empregados na fabricação do equipamento deverão apresentar resistência adequada à corrosão, à umidade, às intempéries e às condições climáticas características da Amazônia Ocidental, contribuindo para a ampliação da vida útil do equipamento e para a utilização racional dos recursos públicos.

14.5. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser empregados materiais e componentes que possibilitem reciclagem, reutilização ou destinação ambientalmente adequada ao final de sua vida útil, observadas as especificações técnicas e os requisitos de segurança aplicáveis.

14.6. Durante a execução da garantia, a contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis ao recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de fluidos refrigerantes, componentes e resíduos eventualmente substituídos.

14.7. As embalagens utilizadas para transporte e entrega do equipamento deverão, sempre que possível, ser constituídas por materiais recicláveis ou passíveis de reutilização, assegurando sua destinação ambientalmente adequada após a utilização.

14.8. O equipamento deverá ser fornecido em conformidade com as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto, observando as boas práticas previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

14.9. A adoção dessas medidas contribui para minimizar os impactos ambientais da contratação, ampliar a vida útil do equipamento, reduzir a geração de resíduos, promover o uso eficiente dos recursos naturais e assegurar maior sustentabilidade durante todo o ciclo de vida do objeto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara viável a presente contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade:

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação de contêiner frigorificado de 40 pés para atender às necessidades de armazenagem e conservação de gêneros alimentícios perecíveis e frigorificados da 12ª Região Militar. A solução é tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e economicamente viável, contribuindo para a ampliação da capacidade de armazenagem refrigerada e congelada, a manutenção da cadeia de frio, a redução de perdas e riscos de desabastecimento, bem como o fortalecimento da capacidade de resposta logística na Amazônia Ocidental. Além disso, está alinhada aos objetivos institucionais e estratégicos da Administração Militar, atendendo ao interesse público e às necessidades identificadas, razão pela qual se conclui pela sua viabilidade sob os aspectos técnico, operacional, econômico e ambiental.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]A

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 23/07/2026 às 15:30:16.

J[redacted]VO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 23/07/2026 às 12:08:03.

KE[redacted]ZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

K [redacted] ATOS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 23/07/2026 às 14:32:17.

K [redacted] ZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinou eletronicamente em 23/07/2026 às 14:36:54.

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Contrato 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	[redacted]RA	29/07/2026 08:12 (v 0.12)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64321.013341/2026-42

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo n° *64321.013341/2026-42*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx*/*xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR E .....

A *União,* por intermédio do *Comando da 12ª Região Militar*, com sede no(a) *Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, CEP 69037-000*, na cidade de *Manaus*/*AM*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *09.633.335/0001-11*, neste ato representado (a) pelo(a) Maj RAFAEL [redacted], nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no *DOU* de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ],* sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos],* tendo em vista o que consta no **Processo nº 64321.013341/2026-42** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) ***Pregão Eletrônico* nº 62/2026***,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de contêiner frigorificado 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência (classe I) no âmbito da 12ª Região Militar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTA
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ **1.848.065,40 (Um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, sessenta e cinco reais e quarenta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 dias**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. fabricar ou fornecer os equipamentos conforme especificações;

9.16. Transportar, carregar e posicionar;

9.17. realizar testes;

9.18. fornecer manuais e certificados;

9.19. ministrar treinamento;

9.20. executar assistência técnica;

9.21. disponibilizar peças durante a garantia;

9.22. reparar ou substituir os equipamentos dentro dos prazos do Termo de Referência;

9.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.28. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português*;*

9.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.30. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 00001/160014;

II) Fonte de recursos: COLOG;

III) Programa de trabalho: a definir;

IV) Elemento de despesa: 44.90.52; e

V) Plano interno: E6SUSOLOUTR; e

VI) Nota de empenho: a definir;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Manaus, dia de mês de 2026.

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]**TE**

Autoridade competente

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

PROCESSO: NUP: 64321.013341/2026-42
PREGÃO ELETRÔNICO – aquisição de contêineres frigorificados no âmbito do Comando da 12ª Região Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ASSUNTO: saneamento dos autos, conforme assessoramento do Órgão Consultivo através do **PARECER Nº 01156/2026/CJAQ-CONAQ/SCGP/CGU/AGU**

TERMO DE ESCLARECIMENTO/DESPACHO SANEADOR (SALC)

Em atenção aos apontamentos exarados no referido Parecer, esta Administração atende as recomendações com os esclarecimentos abaixo especificados:

16. No caso, verifica-se que o órgão consulente utilizou os modelos padronizados de Termo de Referência, Edital, Contrato e Checklists. **No entanto, não há nos autos manifestação técnica com as justificativas a respeito das alterações que foram feitas nas minutas, o que deve ser saneado.**

R. Foi incluída a Justificativa para as alterações nas Minutas contendo os motivos pelos quais foram realizadas as respectivas alterações **(Folha 188)**.

22. No caso concreto, depreende-se que o DFD juntado aos autos fls. 03/04, não atende os pressupostos acima, o que deve ser saneado ou então justificado pelo assessorado com a correção subsequente por meio do ETP e /ou TR.

R. Foram corrigidos todos os requisitos que estavam em desacordo no Documento de Formalização da Demanda (DFD), nos termos do inc. VII do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022, conforme constam no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência **(Folha 239 à 261 e folhas 262 à 273)**.

23. No caso concreto, não se constatou a juntada de ato designando o(s) agente(s) da administração que poderão funcionar como pregoeiro e equipe de apoio na presente demanda, o que deve ser saneado.

R. Foi incluída a publicação do Boletim Interno em que consta a designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio **(Folhas 213 à 214)**.

50. Conforme previsão trazida pelo §1º do art. 18 da Lei n. 14.133, de 2021, o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

a) Orienta-se aperfeiçoar os requisitos da contratação, especificando os critérios indispensáveis para que o objeto da contratação atenda à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade e especificações técnicas.

R. Fez-se a inclusão dos critérios indispensáveis à contratação para atender à demanda **(Folhas 263 e 264)**.

b) Necessário que o ETP no que toca os critérios de sustentabilidade esteja em sintonia com o TR. Assim sendo, orienta-se a adequar as disposições deste tópico, tomando como base as informações descritas nos itens 4.1 e ss. do TR.

R. Foram ajustados os critérios de sustentabilidade entre o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, deixando as exigências em sintonia nos respectivos documentos **(Folhas 241 e 264)**.

56. **Destaca-se**, dentre as recomendações, a necessidade de que o órgão demandante:

a) **Revise a redação e a numeração sequencial dos itens e subitens da minuta de modo que mantenha a sua exata correspondência e os seus desdobramentos entre si e com a redação dos demais documento (minutas de Edital e ETP), fazendo-se as correções e adaptações que forem necessárias à coerência e inteligibilidade das mesmas (eliminando possíveis contradições). Ademais, alerta-se para que eventuais ajustes nas minutas guardem a indispensável harmonia, correspondência e coerência lógica com os demais documentos que compõem o instrumento convocatório;**

R. Foram revisadas as redações e as numerações sequenciais dos itens e subitens das minutas, mantendo a exata correspondência e os seus desdobramentos entre si, sendo corrigidas as redações dos documentos referenciados, medidas necessárias à coerência e inteligibilidade dos mesmos, mantendo-se a harmonia entre os diferentes documentos do processo **(Folhas 239 à 261)**.

b) ...**Diante da ausência dos pressupostos caracterizadores do Sistema de Registro de Preços, conclui-se pela sua inadequação no presente caso, recomendando-se a exclusão do bens que versem sobre este modelo**.

R. Todas as referências existentes nas minutas, relacionadas ao Sistema de Registro de Preços, foram excluídas **(Folhas 239 à 261)**.

59. A pesquisa de preço precisa ser feita observando as orientações jurídicas apresentadas no Anexo V deste No caso em tela, observou-se nos autos que consta o Relatório de Pesquisa de Preço - fls. 43/49, que atende as exigências previstas nos normativos elencados. Contudo, não consta o documento de Pesquisa de Preços, o que deve ser sanado. Ademais, o órgão assessorado deve providenciar a

aprovação do Ordenador de Despesas dos referidos critérios utilizados para pesquisa.

R. Com relação a Pesquisa de Preços não constar nos autos do processo, faz-se necessário pontuar que o documento foi incluído **(Folhas 45 a 49)**. Outrossim, referente a assinatura do Ordenador de Despesas, foi providenciada em documento anexado posteriormente **(Folhas 215 a 221).**

60. Outrossim, no que concerne à Análise Crítica da Pesquisa de Preços, por se tratar de matéria de natureza eminentemente técnica, verifica-se que o referido documento não consta nos autos, razão pela qual se recomenda a sua devida juntada. Ademais, cumpre salientar que, não obstante o exposto, deverão ser rigorosamente observadas as recomendações constantes do Anexo V deste Parecer.

R. Novamente, com relação a Pesquisa de Preços não constar nos autos do processo, faz-se necessário pontuar que o documento foi incluído, inclusive com uma Nota Técnica para atendimento do Anexo V do Parecer Jurídico **(Folhas 45 a 51).**

73. Nesse sentido, **recomenda-se** que o órgão demandante realize as devidas adaptações à minuta de Edital, excluindo ou corrigindo os itens que não se coadunam com o caso concreto. Destaca-se que deve:

a) **Revisar a redação, referências e a numeração sequencial dos itens e subitens da minuta de modo que mantenha a sua exata correspondência e os seus desdobramentos entre si e com a redação dos demais documento (minutas de TR, ETP e Ata), fazendo-se as correções e adaptações que forem necessárias à coerência e inteligibilidade das mesmas (eliminando possíveis contradições). Ademais, alerta-se para que eventuais ajustes nas minutas guardem a indispensável harmonia, correspondência e coerência lógica com os demais documentos que compõem o instrumento convocatório;**

R. Foram revisadas as redações e as numerações sequenciais dos itens e subitens das minutas, mantendo a exata correspondência e os seus desdobramentos entre si, sendo corrigidas as redações dos documentos referenciados, medidas necessárias à coerência e inteligibilidade dos mesmos, mantendo-se a harmonia entre os diferentes documentos do processo **(Folhas 222 à 261 e folhas 274 à 282)**.

b) Excluir os itens 2, 11 e 12, na qual tratam do Sistema de Registro de Preços.

R. Os itens respectivos itens foram excluídos **(Folhas 222 à 238)**.

86. No entanto, **recomenda-se** corrigir a redação das seguintes cláusulas contratuais:

a) CLÁUSULA QUINTA - PREÇO Incluir o valor estimado da contratação;

R. Foi incluído o valor estimado da contratação **(Folha 275)**.

b) CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD Incluir os itens pertencentes acerca desta obrigação, pois trata-se de redações obrigatórias no presente.

R. Foram incluídas as obrigações pertinentes a LGPD **(Folhas 278 e 279)**.

Por fim, é oportuno esclarecer que não houve discordância das recomendações feitas ao longo respectivo Parecer, acatando-se todas as diretrizes e recomendações, não sendo necessário o registro de motivações que contrariassem as respectivas determinações.

Manaus, AM, data da assinatura eletrônica.

[redacted] **– 1º Ten**
Chefe da SALC da 12ª Região Militar

LIGUE E ANUNCIE: **(092) 98859-0110 - Whatsapp**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS

AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. torna público que recebeu do IPAAM a Outorga de Uso do Recurso Hídrico nº 037/20-01, que autoriza a captação de água subterrânea por poço tubular, localizada na Estrada das Indústrias, km 7,5, Zona Urbana, nas coordenadas geográficas: 03°07'45,40" S e 58°29'7,20" O, Itacoatiara -AM, com validade de 05 anos.

Prefeitura de Manaus

AVISO DE REVOGAÇÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE BENS torna público, para conhecimento dos interessados, a **REVOGAÇÃO**, conforme **Ofício nº 3056/2026 – SEMAD**, da seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO N. 014/2026 – CML/PM
(Processo n. 2025.16330.16390.0.001757 – UGCM/SEMAD)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Buffet (Tipo: Almoço, Coffe Break, Kit de Lanche e Jantar), para atender aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura de Manaus, participantes do Registro de Preços.

A partir desta publicação fica concedido o prazo de contraditório, na forma da Lei.

Maiores informações na **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**, telefone 0xx-92-98802-3847, das 09 às 18h, e-mail: cml.se@manaus.am.gov.br.

Manaus, 27 de julho de 2026.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO

O COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR torna público aos interessados a publicação do edital de pregão eletrônico nº 62/2026, para aquisição de contêineres frigorificados no âmbito da 12ª Região Militar.

A sessão terá sua abertura às 10:00 horas (Brasília) do dia 6 de agosto de 2026.

O edital com as informações necessárias poderá ser obtido da seguinte forma: acessando o site www.gov.br/compras/pt-br, pelo e-mail pregao@12rm.eb.mil.br, ou na sede do COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR, sito a Av. Coronel Teixeira, nº 6155, bairro Ponta Negra – Manaus/AM.

RAFAEL CÂNDIDO DE OLIVEIRA LEITE – Major
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar





emtempo

COMERCIALLEM
TE[redacted]OM
CLASSIFICADOSEM
T[redacted]
[redacted]
COMERCIAL

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160022

Número do Contrato: 5/2025.
Nº Processo: 64411.003087/2025-84.
Inexigibilidade. Nº 17/2025. Contratante: 21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO. Contratado: MARIA DE SOUZA SILVA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 23/09/2026 a 22/09/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 57.362,40. Data de Assinatura: 15/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 15/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160022

Número do Contrato: 6/2025.
Nº Processo: 64411.003165/2025-41.
Inexigibilidade. Nº 17/2025. Contratante: 21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO. Contratado: - JOSE DINIZ. Objeto: Prorrogação do prazo de vigencia. Vigência: 08/10/2026 a 07/10/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 57.362,40. Data de Assinatura: 14/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 14/07/2026).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2026 - UASG 160022

Número do Contrato: 5/2025.
Nº Processo: 64411.003087/2025-84.
Contratante: 21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO. Contratado: MARIA DE SOUZA SILVA. Objeto: Retificaçao do valor mensal. Vigência: 23/09/2025 a 22/09/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 56.047,68. Data de Assinatura: 16/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 16/07/2026).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2026 - UASG 160022

Número do Contrato: 5/2025.
Nº Processo: 64411.003087/2025-84.
Contratante: 21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO. Contratado: MARIA DE SOUZA SILVA. Objeto: Concessão do reajuste anual. Vigência: 23/09/2025 a 22/09/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 57.362,40. Data de Assinatura: 10/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 10/07/2026).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2026 - UASG 160022

Número do Contrato: 6/2025.
Nº Processo: 64411.003165/2025-41.
Contratante: 21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO. Contratado: - JOSE DINIZ. Objeto: Concessão do reajuste anual. Vigência: 08/10/2025 a 07/10/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 57.362,40. Data de Assinatura: 10/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 10/07/2026).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 86/2026 / Número do processo: 64045.001881/2026-90 / Objeto: Aquisição de materiais permanentes.
Data de início de recebimento de propostas: 29/07/2026, 10:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 11/08/2026, 10:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16000105000862026

SAULO AUGUSTO ROMAO CORREA
Pregoeiro

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2026 - UASG 160171

Nº Processo: 64046.004833/2024-81.
Inexigibilidade Nº 115/2026. Contratante: 8º BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO.
Contratado: 66.134.788/0001-37 - J A K E L I N Y F R E I T A S F E R N A D E S. Objeto: Prestação de serviços de odontologia.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: IV. Vigência: 21/07/2026 a 21/07/2036. Valor Total: R$ 17.321,00. Data de Assinatura: 21/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/07/2026).

AVISO DE LICITAÇÃO

8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - UASG 160171
Modalidade: Pregão 111/2026 / Número do processo: 64046.006819/2026-84 / Objeto: A presente contratação tem por objetivo a aquisição de concreto usinado para o projeto de drenagem com vistas a implantação e pavimentação de 61,10 Km da BR-156/AP entre os Km 210,10 e 271,20
Data de início de recebimento de propostas: 29/07/2026, 09:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 11/08/2026, 10:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16017105001112026

LUCAS ANTUNES VERONEZ
Agente de contratação

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2026 - UASG 160017

Número do Contrato: 7/2025.
Nº Processo: 64333.000739/2024-18.
Pregão. Nº 90003/2024. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 48.584.743/0001-82 - CATAR ENGENHARIA E MANUTENCOES LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias, estendendo-se pelo período de 14 de julho de 2026 até 11 de outubro de 2026, na forma do art. 111 e do art 124 da Lei nº 14.133, de 2021, e seguindo a justificativa técnica para aditivo. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 669.395,10. Data de Assinatura: 13/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 13/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2026 - UASG 160017

Número do Contrato: 27/2021.
Nº Processo: 64333.004288/2021-45.
Tomada de Preços. Nº 22/2021. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 21.001.742/0001-01 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do objeto contratual por mais 90 (noventa) dias corridos, a partir de 01/07/2026, até 29/09/2026, com fundamento no inciso II e §1º, do artigo 57 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e seguindo a justificativa técnica para aditivo. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 177.075,60. Data de Assinatura: 01/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 01/07/2026).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2026 - UASG 160017

Número do Contrato: 7/2025.
Nº Processo: 64333.000739/2024-18.
Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/12. Contratado: 48.584.743/0001-82 - CATAR ENGENHARIA E MANUTENCOES LTDA. Objeto: Registrar a aplicação definitiva dos índices homologados pela dom baseados na variação do índice nacional da construção civil (INCC). Sendo estabelecido o percentual de 6,5444% para as obrigações de primeiro ano (data-base dezembro de 2023 a dezembro de 2024) e de 5,9183% para as obrigações de segundo ano (dezembro de 2024 a dezembro de 2025). Desmembramento dos cálculos homologados pela dom: 2º reajuste do contrato inicial: incide sobre o saldo remanescente de R$ 125.688,80, resultando em um acréscimo de R$ 7.438,64, 1º reajuste do termo aditivo 01: incide sobre o valor de R$ 124.407,77, resultando em um racréscimo de R$ 8.141,7e 2º reajuste do termo aditivo 01: incide sobre o saldo aditivado e corrigido de R$ 132.549,51, resultando em um acréscimo de R$ 7.844,68. O valor final somado dos reajustes homologados pela dom fixa-se em R$ 23.425,06. Vigência: 18/06/2025 a 11/10/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 692.820,16. Data de Assinatura: 22/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 22/07/2026).

12ª REGIÃO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 62/2026 / Número do processo: 64321.013341/2026-42 / Objeto: Aquisição de contêiner frigorificado 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência classe I no âmbito da 12 Região Militar
Data de início de recebimento de propostas: 29/07/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 10/08/2026, 10:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16001405000622026

ADRIENNE EVELYN BRASIL MOTA
Agente de contratação

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão 43/2026 / Número do processo: 64598.002402/2026-04 / Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, gás liquefeito do petróleo (glp) 13kg e material descartável, com a finalidade de atender as necessidades do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.
Data de início de recebimento de propostas: 29/07/2026, 09:00. Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 11/08/2026, 09:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16054505000432026

JOAO ARTHUR DE ALBUQUERQUE ANDRADE
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2026 - UASG 160020

Nº Processo: 64581.013124/2026-91.
Pregão Nº 90027/2026. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS.
Contratado: 73.302.879/0001-08 - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA. Objeto: Contratação de serviços de controle de qualidade laboratorial externo, com fornecimento periódico de amostras controle, sistema informatizado para envio e análise de resultados, relatórios comparativos de desempenho e certificação anual, do hospital militar de área de manaus - hmam, nas condições estabelecidas no termo de referência..
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 15/07/2026 a 14/07/2027. Valor Total: R$ 42.000,00. Data de Assinatura: 15/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160020

Número do Contrato: 188/2025.
Nº Processo: 64581.011508/2024-16.
Pregão. Nº 99002/2025. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS. Contratado: 34.597.955/0004-32 - WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 25/07/2026 até 24/07/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da lei nº 14.133, de 2021.. Vigência: 25/07/2026 a 24/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 1.509.823,80. Data de Assinatura: 24/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 24/07/2026).

COMANDO MILITAR DO LESTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160299

Número do Contrato: 11/2025.
Nº Processo: 64098001955202591.
Pregão. Nº 90006/2025. Contratante: COMANDO DO COMANDO MILITAR DO LESTE. Contratado: 01.597.589/0009-77 - CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência e reajuste. Vigência: 28/07/2026 a 27/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 133.250,00. Data de Assinatura: 28/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/07/2026).

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 90043/2025

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 24/02/2026 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição e instalação de equipamento para destruição de munição leve (pipoqueira) em favor do 8¨ BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, unidade militar que recebe armas de fogo e munições, para destruição, apreendidas e entregues pelo Poder Judiciário e Órgãos de Segurança publica, haja vista o Batalhão possuir Agência de Fiscalização de Produtos Controlados vinculada ao Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando da 8¨ RM (SisFPC/13.

JAKSON MOURA COSTA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 29/07/2026) 160171-00001-2026NE002061
(Of. El. nº .)

12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2026 - UASG 160014

Número do Contrato: 22/2024.
Nº Processo: 64321.030260/2023-64.
Pregão. Nº 14/2023. Contratante: COMANDO 12 REGIAO MILITAR. Contratado: 07.612.370/0001-29 - PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do período de vigência por mais 12
(doze) meses e a atualização do valor contratual, por via da aplicação do índice ipca utilizado
como base mês inicial 05/2025 a 04/2026 (art.5°do decreto n°1.054, de 1994), previsto no termo de contrato 22/2024-cmdo 12rm, cuja aplicação é anual, no período de 21 jun 26 a 20 jun 27. Vigência: 21/06/2026 a 21/06/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 4.897.600,00. Data de Assinatura: 17/06/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 17/06/2026).

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Modalidade: Pregão 62/2026
Número do processo: 64321.013341/2026-42 / Objeto: Aquisição de contêiner frigorificado 40 pés High Cube, destinados à ampliação da capacidade de armazenagem e conservação de gêneros de subsistência classe I no âmbito da 12 Região Militar.
Motivo da alteração: Necessidade de alteração do edital e anexos.
Nova data de início de recebimento de propostas: de 29/07/2026 para 30/07/2026, horário de 08:00, para 08:00.
Data de Abertura: 11/08/2026, 10:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16001405000622026

ADRIENNE EVELYN BRASIL MOTA
Agente de contratação

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE TABATINGA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2026 - UASG 160019

Nº Processo: 64597.002275/2026-45.
Inexigibilidade Nº 23/2026. Contratante: HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA.
Contratado: 24.117.877/0001-25 - PCI GASES DO BRASIL LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de empresa especializada em engenharia clínica para prestação de serviços de manutenções preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e responsabilidade de manutenção integral do sistema, em 02 (duas) unidades de usina geradora de oxigênio da marca pci gases, modelo docs 200, tipo vsa, com no mínimo 93% de pureza e com capacidade de geração de oxigênio mínima de 12m³/h cada..
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: II. Vigência: 08/07/2026 a 08/07/2027. Valor Total: R$ 291.300,89. Data de Assinatura: 08/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 29/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160019

Número do Contrato: 7/2023.
Nº Processo: 64597.001063/2023-06.
Pregão. Nº 2/2023. Contratante: HOSPITAL DE GUARNICAO DE TABATINGA. Contratado: 13.735.149/0001-60 - C AUGUSTO MORAIS FAVACHO. Objeto: O objeto do presente instrumento é a renovação da contratação de serviços para manutenção e conservação de aparelhos de ar condicionado, que serão prestadas conforme condições, quantidades e exigências no termo de referência. Prorrogar o prazo de vigência do contrato originário por um período de 12 (doze) meses, com início em 15/07/2026 e término em 14/07/2027, nos termos do art. 57, (ii ou iv), da lei n.º 8.666, de 1993. Reajustar, a partir da data de assinatura deste termo aditivo, o valor de r$ 67.899,34 (sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), referente ao 2º termo aditivo, para o valor equivalente de r$ 71.192,52 (setenta e um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos), justiçado pelo incc de 4,85%, nos moldes do art. 65, inciso i, alínea "b", §§ 1º e 2º, da lei n.º 8.666/1993. O termo aditivo tem o valor de r$ 71.192,52 (setenta e um mil cento e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos).. Vigência: 15/07/2026 a 14/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 71.192,55. Data de Assinatura: 09/06/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 09/06/2026).

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160020

Número do Contrato: 168/2025.
Nº Processo: 64581.005807/2025-94.
Inexigibilidade. Nº 114/2025. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS. Contratado: 10.964.359/0001-32 - M I SERVICOS MEDICOS E IMAGENS LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, em complementação ao atendimento dos beneficiários e dependentes legais do sammed/fusex. Conforme ratificação do edital de credenciamento 01-2024 do dia 06 de janeiro de 2025.. Vigência: 29/07/2026 a 28/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 500.000,00. Data de Assinatura: 29/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 29/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160020

Número do Contrato: 163/2025.
Nº Processo: 64581.007998/2025-29.
Inexigibilidade. Nº 99/2025. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS. Contratado: 13.172.061/0001-88 - INSTITUTO CLINFONO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, em complementação ao atendimento dos beneficiários e dependentes legais do sammed/fusex. Conforme ratificação do edital de credenciamento 01-2024 do dia 06 de janeiro de 2025.. Vigência: 28/07/2026 a 27/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 500.000,00. Data de Assinatura: 28/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160020

Número do Contrato: 77/2025.
Nº Processo: 64581.004382/2025-04.
Inexigibilidade. Nº 81/2025. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS. Contratado: 29.891.596/0001-49 - THERAKIDS CLINICA DE DESENVOLVIMENTO E REABILITACAO PEDIATRICA LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 meses para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, em complementação ao atendimento dos beneficiários e dependentes legais do sammed/fusex. Conforme ratificação do edital de credenciamento 01-2024 do dia 06 de janeiro de 2025.. Vigência: 21/07/2026 a 20/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 500.000,00. Data de Assinatura: 21/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 21/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160020

Número do Contrato: 165/2025.
Nº Processo: 64581.008035/2025-42.
Inexigibilidade. Nº 110/2025. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS. Contratado: 07.080.050/0001-75 - VISION CLINICA DE OLHOS LIMITADA. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, em complementação ao atendimento dos beneficiários e dependentes legais do sammed/fusex. Conforme ratificação do edital de credenciamento 01-2024 do dia 06 de janeiro de 2025.. Vigência: 28/07/2026 a 27/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 500.000,00. Data de Assinatura: 28/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/07/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 160020

Número do Contrato: 162/2025.
Nº Processo: 64581.007994/2025-41.
Inexigibilidade. Nº 98/2025. Contratante: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS. Contratado: 08.949.658/0001-56 - MIRANDA ATIVIDADE MEDICA E APOIO A GESTAO DE SAUDE LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, em complementação ao atendimento dos beneficiários e dependentes legais do sammed/fusex. Conforme ratificação do edital de credenciamento 01-2024 do dia 06 de janeiro de 2025.. Vigência: 28/07/2026 a 27/07/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 500.000,00. Data de Assinatura: 28/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/07/2026).

COMANDO MILITAR DO LESTE
4ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026 - UASG 160118

Nº Processo: 64316.000928/2025-80.
Pregão Nº 90003/2026. Contratante: COMANDO DA 4ª REGIÃO MILITAR. Contratado: 61.326.082/0001-53 - ALX SERVIÇOS ALEXSANDRO JESUS XAVIER. Objeto: Contratação de serviços de engenharia de Manutenção de bens e imóveis na 4ª Região Militar, o regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 29/07/2026 a 29/07/2027. Valor Total: R$ 16.764,12. Data de Assinatura: 29/07/2026.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2026 - UASG 160118

Número do Contrato: 52/2025.
Nº Processo: 64316.013578/2025-11.
Pregão. Nº 90011/2025. Contratante: COMANDO DA 4ª REGIÃO MILITAR. Contratado: 30.360.120/0001-60 - ARPAN ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato por um ano e acréscimo equivalente a 19,3% e supressão equivalente a 12,28% de materiais e serviços do valor contratual referente a contratação de empresa especializada para obra de Adequação do Pavilhão Administrativo do Cmdo 4ª RM, em Belo Horizonte/MG. Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 06/08/2026 a 05/08/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 3.208.304,24. Data de Assinatura: 29/07/2026.

HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Modalidade: Pregão 357/2025
Número do processo: 64580012381202535 / Objeto: Contratação de serviço de engenharia para levantamento arquitetônico/cadastral com tecnologia Building Information Modeling (BIM) do HGeJF
Motivo da alteração: Inclusão da minuta do contrato como anexo do edital.
Nova data de início de recebimento de propostas: de 29/07/2026 para 30/07/2026, horário de 09:00, para 09:00.
Data de Abertura: 13/08/2026, 09:00
Endereço eletrônico do Edital: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=16012105003572025

FABIO KLEN SOARES
Pregoeiro

55º BATALHÃO DE INFANTARIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2026 - UASG 160122

Número do Contrato: 20/2023.
Nº Processo: 64067.005553/2023-61.
Concorrência. Nº 8/2023. Contratante: 55 BATALHAO DE INFANTARIA. Contratado: 02.740.940/0001-42 - TERRA E TECNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. Objeto: Acréscimo quantitativo e qualitativo consistente no aumento de serviços no valor de r$ 335.488,02 (trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dois centavos) e prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura.. Vigência: 24/07/2026 a 20/11/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 7.407.520,31. Data de Assinatura: 24/07/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 24/07/2026).

UNIVERSAL COMÉRCIO & SERVIÇOS
F A DOS SANTOS JUNIOR LTDA
CNPJ: 2[redacted]16

PROPOSTA COMERCIAL

ORGÃO:	**COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM**
PROCESSO/REFERÊNCIA:	PREGÃO ELETRONICO Nº 62/2026
DATA:	11/08/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTÊINER F**RIGORIFICO DE 40 PES** AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMÍNIO. TIPO: FRIGORÍFICO 40 PÉS. E DEMAIS CARACTERÍSTICAS DETALHADAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: CONTAINER PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO OU NAVAL. MATERIAL , DE PRIMEIRO USO, VEDADO O FORNECIMENTO DE NOVO CONTÊINER USADO, ADAPTADO, RECONDICIONADO, REMANUFATURADO OU OBJETO DE RECUPERAÇÃO, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMÍNIO. TIPO: FRIGORÍFICO. APLICAÇÃO: ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS RESFRIADOS E CONGELADOS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR: VERDE-FLORESTA FOSCO (FEDERAL STANDARD NO 34.083), CONFORME ITEM (5.1.10.1.) DESTE TERMO DE REFERÊNCIA. : 12,19M (C) X 2,44M (L) X 2,90M (A). : 11,58M (C) X 2,20M (L) DIMENSÕES EXTERNAS DIMENSÕES INTERNAS X 2,55M (A). : ENTRE 2,49 E 2,54M. ACESSO AO COMPARTIMENTO DE CARGA POR PORTAS DUPLAS, COM ABERTURA ALTURA DA PORTA FRONTAL PADRÃO ISO. PESO DA TARA: 4.500 KG. ÁREA DE PISO: 25,41 M². CAPACIDADE: 63,27M³ OU 22 PALETES. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: ELÉTRICO, ESTABILIZADO CONTRA RAIOS UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES. A	UND	19	81.499,00	1.548.481,00

AV. LAG[redacted]4-800

	UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ POSSUIR DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 1 (UM) ANO EM RELAÇÃO À DATA DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO, DEVENDO ESSA CONDIÇÃO SER COMPROVADA MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO EMITIDA PELO FABRICANTE. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA TRIFÁSICA DE 440V OU COMPATÍVEL COM PLUG INDUSTRIAL IEC 60309, 32A, 4 PINOS (3F + T), COM CAPACIDADE PARA MANUTENÇÃO CONTÍNUA E PROLONGADA DE TEMPERATURA ENTRE -25°C E -30°C. COM MONITORAMENTO ININTERRUPTO DE CONTROLE DE TEMPERATURA, PAINEL ELETRÔNICO MICROPROCESSADO COM DISPLAY DIGITAL, REGISTRO DE ALARMES E INDICAÇÃO DE FALHAS OPERACIONAIS. COM SISTEMA DE DEGELO AUTOMÁTICO, DRENAGEM DE CONDENSADO, PROTEÇÃO CONTRA ALTA E BAIXA PRESSÃO E PROTEÇÃO TÉRMICA DO COMPRESSOR. ALARMES MÍNIMOS PARA ALTA E BAIXA TEMPERATURA, FALHA DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, FALHA DE SENSOR, FALHA DO COMPRESSOR E NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO. COM PROTEÇÃO CONTRA FALTA DE FASE, INVERSÃO DE FASE, SOBRECORRENTE E SOBRETENSÃO. ISOLAMENTO: ALTO DESEMPENHO DE ISOLAMENTO, COM ESTRUTURA REFORÇADA PARA RESISTIR AO FRIO EXTREMO E AO VÁCUO, COM ISOLAMENTO EM POLIURETANO RÍGIDO COM ESPESSURAS DE: 80 A 100 MM PARA AS LATERAIS, 100 A 120 MM PARA O TETO E 120 A 150 MM PARA O PISO, COM BARREIRA DE VAPOR CONTÍNUA E VEDAÇÃO REFORÇADA. COM TRATAMENTO EXTERNO ANTICORROSIVO E PINTURA PADRÃO MARÍTIMA. PARTE INTERNA: COM PLACAS DE ALUMÍNIO XADREZ HIGIÊNICAS. PISO INTERNO EM ALUMÍNIO TIPO “TFLOOR” OU EQUIVALENTE, DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, COMPATÍVEL COM CIRCULAÇÃO DE AR SOB A CARGA, MOVIMENTAÇÃO POR PALETEIRAS E EMPILHADEIRAS E ARMAZENAMENTO				

	PALETIZADO. ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED DE 220V, VISANDO ECONOMIA DE ENERGIA. COMPRESSORES: DUPLOS E/OU SEMI-HERMÉTICO RECIPROCANTE OU SCROLL PARA RESFRIAMENTO EXTREMO OU QUE ATENDAM À NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO CONTÍNUA E PROLONGADA DE TEMPERATURA ENTRE -25°C E -30°C OU COM CAPACIDADE SUPERIOR, COM CONTROLADOR DE EXPANSÃO ELETRÔNICA. GÁS REFRIGERANTE: HFC-134A OU QUALQUER OUTRO FLUIDO REFRIGERANTE PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE, TECNICAMENTE COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E CAPAZ DE MANTER, DE FORMA CONTÍNUA, TEMPERATURA ENTRE -25°C E -30°C, MEDIANTE COMPROVAÇÃO TÉCNICA DO FABRICANTE, SENDO PREFERENCIALMENTE ADOTADOS FLUIDOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL, QUANDO COMPATÍVEIS COM A APLICAÇÃO E O DESEMPENHO EXIGIDO. ITEM DE SEGURANÇA: COM LIBERAÇÃO DA PORTA INTERNA COM ESCOTILHA DE ESCAPE E ALARME. POR QUESTÕES DE CONTROLE E PADRONIZAÇÃO, CADA CONTÊINER DEVE PORTAR A PLACA CSC (SAFETY APPROVAL PLATE), COM DADOS COMO FABRICANTE, ANO, TARA, MGW E APROVAÇÃO INTERNACIONAL. E DEMAIS PREVISÕES DAS NORMAS ISO 668, ISO 1161:2016 E ISO 1496-2:2018, NO QUE COUBER. O FORNECIMENTO DEVERÁ CONTEMPLAR ENTREGA TÉCNICA ASSISTIDA, MINISTRADA POR PROFISSIONAL CAPACITADO PELO FABRICANTE OU POR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, ABRANGENDO, NO MÍNIMO, A OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO, CONFIGURAÇÃO DO PAINEL DE CONTROLE, MONITORAMENTO DA TEMPERATURA, PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E ORIENTAÇÕES SOBRE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A ADMINISTRAÇÃO . ADMITESE TOLERÂNCIA DE ATÉ 5%				

	EXCLUSIVAMENTE PARA DIMENSÕES, PESO, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA E DEMAIS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO EQUIPAMENTO, DESDE QUE NÃO COMPROMETAM SUA CAPACIDADE OPERACIONAL, DESEMPENHO, COMPATIBILIDADE LOGÍSTICA OU FUNCIONALIDADE. NÃO SERÁ ADMITIDA TOLERÂNCIA PARA OS REQUISITOS RELATIVOS À FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA, PLACA CSC (SAFETY APPROVAL PLATE), ATENDIMENTO ÀS NORMAS ISO APLICÁVEIS, CAPACIDADE OPERACIONAL DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES VINCULADAS À SEGURANÇA, DESEMPENHO E PADRONIZAÇÕES NORMATIZADAS				

VALOR DA PROPOSTA: R$ 1.548.481,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS E QUARENTA MIL E QUATROCENTOS E OITENTA UM REAIS.)

DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM OS SEGUINTES ITENS:

NO PREÇO ACIMA ESTÃO INCLUSOS TODOS OS IMPOSTOS, SEGUROS, TAXAS, FRETE, TRANSPORTE E QUAISQUER OUTRAS DESPESAS RELACIONADAS AO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO.

DECLARO ESTAR DE ACORDO COM O OBJETO, ANEXOS, FORMA DE PAGAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO TODA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS.

DECLARO ASSUMIR A RESPONSABILIDADE POR TODOS OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA EM VIGOR.

DECLARO QUE ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 90 (NOVENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DA SESSÃO.

UNIVERSAL COMÉRCIO & SERVIÇOS

F A DOS SANTOS JUNIOR LTDA

CNPJ: 2[redacted]6

DADOS BANCÁRIOS DA LICITANTE

CONTA-CORRENTE: 5[redacted]CA FEDERAL

[redacted]

_____

U[redacted]OS

AV. LA[redacted]044-800

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

PREGÃO ELETRÔNICO N° 62/2026

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

[redacted] CNPJ SOB O Nº 27.985[redacted]G ANDAR BAIRRO PLANA[redacted]

Declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Pregão eletrônico nº 90007/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

F[redacted]NSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.985.7[redacted]SALA 11 SEG ANDAR BAIRRO PLANAL[redacted]

DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATÉ A PRESENTE DATA, INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO, DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

AV. L[redacted]69044-800
[redacted]om

EMPRESA F.A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27[redacted]RO PLANALTO CE[redacted]

Declara para fins, sob as penas da lei art. 428 da CLT, na nova redação dada pelo MP 251/2005 (convertida na Lei 11.180/2005), com regulamentação pelo Decreto 5.598/2005 e parcialmente a Lei 10.097/2000, que até a presente data, inexiste menor laborando em suas dependências, e se vier a existir será conforme a lei de Menor Aprendiz, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010

Fernando Alves dos Santos Júnior, portador da Carteira de Identidade nº [redacted] SSP AM e doCPF nº [redacted]como representante devidamente constituído da F ALVES [redacted] inscrita no CNPJ N.º [redacted], sediada na Rua [redacted]doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item 8.28 do Edital nº 073, NUP Nº: 67.292.006310/2015-85, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010 de 19 de janeiro de 2010, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar as práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

- Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamentodos materiais tóxicos: lâmpadas a base de vapor de mercúrio, sódio ou similar, cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

- Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos;

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

A[redacted]69044-800
[redacted]com

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES

[redacted]001-16
[redacted]44-800
MANAUS-AMAZONAS.

A EMPRESA ACIMA QUALIFICADA, POR MEIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, EM CUMPRIMENTO AO EDITAL DA LICITAÇÃO INDICADA, DECLARA QUE TEM PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS, ESTÁ EM PLENO ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, POR TER AVALIADO PREVIAMENTE AS DIFICULDADES ENVOLVIDAS E OS ESFORÇOS E INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS, ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE POR ESTE FATO, E QUE NÃO UTILIZARÁ DESTE PARA QUAISQUER QUESTIONAMENTOS FUTUROS QUE ENSEJEM DESAVENÇAS TÉCNICAS OU FINANCEIRAS COM A CONTRATANTE. TOMEI CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES, OBJETO DA Pregão eletrônico nº PE 62/2026 **,.**

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DEINEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

E[redacted]60/0001-
1[redacted] 69.044-

AV. LAC[redacted]: 69044-800
[redacted]com

[redacted]dio de seu representante legal o (a) Sr. (a) FERNANDO [redacted]da Carteira de Identidade no 1[redacted]SP/AM)

e do CPF no 528.387.302-15, DECLARA:

1) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

2) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processolicitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nãoemprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condiçãode aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

EMPRESA F.A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [redacted]

COM SEDE NA AV LAGUNA N[redacted]ante legal, o(a) Sr.(a) FERNANDO [redacted]a) da Carteira de Identidade n.º [redacted]para os fins de habilitação **Pregão eletrônico nº** PE **62/2026** ,

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, esta ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiênciaou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número e funcionário da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação

AV. [redacted]9044-800
[redacted]m

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

EMPRESA F.A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.985.750/0001-16

COM SEDE NA [redacted] AUS

AMAZONAS, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) [redacted] DOS SANTOS JUNIOR infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º [redacted] (SSP/AM) e do CPF/MF n.º [redacted] para os fins de habilitação Pregão eletrônico nº 90007/2026, DECLARA, Para devidos fins a renúncia ao direito de vistoria e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações do objeto da presente licitação PE 62/2026

DECLARAÇÃO ECONÔMICA

EMPRESA F.A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.985.750/0001-16 COM SEDE NA AV LAGUNA [redacted] MANAUS AMAZONAS, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 1783418-0 (SSP/AM) e do CPF/MF n.º 528.387.302-15, para os fins de habilitação **Pregão eletrônico nº 62/2026**.

DECLARA, **que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

A [redacted] -800

UNIVERSAL COMÉRCIO & SERVIÇOS

F A DOS SANTOS JUNIOR LTDA
CNPJ: 27.985.750/0001-16

FERNANDO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR
PROPRIETÁRIO
[redacted]-16

[redacted]

MANAUS 11/08/2026

gov.br [redacted]

F A DO[redacted]
UNIVERSAL COMÉRCIO & SERVIÇOS

AV. LAGU[redacted]0
(9[redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**27.985.750/0001-16**	DUNS®:	**918410263**
Razão Social:	**F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**		
Nome Fantasia:	**UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**01/08/2027**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**14/11/2026**	**Automática**
FGTS		Validade:	**23/08/2026**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**07/02/2027**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/08/2026**
Receita Municipal	Validade:	**07/09/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2027**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **27.985.750/0001-16** DUNS®: **918410263**
Razão Social: **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**
Nome Fantasia: **UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Impedimento de Licitar no Âmbito:

Órgãos do Governo do Estado de Amazonas

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 11/08/2026 16:15:54

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**
CNPJ: **27.985.750/0001-16**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado (07/11/2026) - EAM-TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**27.985.750/0001-16**	DUNS®:	**918410263**
Razão Social:	**F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**		
Nome Fantasia:	**UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Impedimento de Licitar e Contratar - Lei 14.133/2021, art. 156, inc. III**		
UASG Sancionadora:	**925866 - EAM - DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**		
Âmbito da Sanção:	**Estado**		
Prazo:	**Determinado**	Impeditiva:	**Sim**
Prazo Inicial:	**07/05/2026**	Prazo Final:	**07/11/2026**
Data Aplicação:	**07/05/2026**		
Número do Processo:	**2025/000008664-00**	Número do Contrato:	**031/2024-FUNJEAM**
Descrição/Justificativa:	**"Ante o exposto, acompanhando a Manifestação CPPAS (Id. 2774443) e o Parecer AJAP/TJ (Id. 2835611), com fundamento nos arts. 155, 156, inciso III e § 7ª, 162 e 166 da Lei nª 14.133/2021, nas disposições do Contrato Administrativo nª 031/2024-FUNJEAM e (...). mantenho integralmente a Decisão GABPRES (Id. 2668680), confirmando a aplicação das sanções de multa (...), e de impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas pelo prazo de 06 (seis) meses, em desfavor da empresa F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA., CNPJ nª 27.985.750/0001-16, em razão dos descumprimentos verificados na execução do Contrato Administrativo nª 031/2024-FUNJEAM."**		

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: **27.985.750/0001-16** DUNS®: **918410263**
Razão Social: **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**
Nome Fantasia: **UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: **27.985.750/0001-16** DUNS®: **918410263**
Razão Social: **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**
Nome Fantasia: **UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nª Registro	Data de Validade
LICENÇA SANITARIA	2	05/06/2028
CARTAO ESTADUAL - SEFAZ	0	08/05/2027
cartao de inscrição municipal	A	29/08/2026
CERTIDÃO CREA AM	9	31/03/2024
CERTIFICADO DAIKIN	0	-
DAIKIN	5	-
ART CARGO E FUNÇÃO CREA AM	3	-
CERTIFICADO HITACHI	V	-
CERTIDÃO FALENCIA E CONCORDATA	0	18/08/2023
CAT PMOC COREN	1	-
ATESTADO DE CAPC TECNICA CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS	0	-
CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HITACHI	0	-
ATESTADO DE CAPACIDADE IFAM	2	-
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA 12 BATALHAO SUPRIMENTO	2	-
ART COREN PMOC	A	-
ART SENAC TEFE	A	-
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA COREN	2	-
ATESTADO DE CAPACIDADE HUGV	2	-
IBAMA - CERTIDAO EMBARGOS AMBIENTAIS	B	25/06/2025
CERTIFICADO MIDEA	5	-
IBAMA PESSOA FISICA - EMBARGOS AMBIENTAIS	T	25/06/2025
CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENGENHEIRO	0	-

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: **27.985.750/0001-16** DUNS®: **918410263**
Razão Social: **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**
Nome Fantasia: **UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nª Registro	Data de Validade
ATESTADO DE CAPACIDADE 12 REGIÃO	**2**	-
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA - 17 BATALHAO	**0**	-
ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA 4 BAVEX	**01**	**20/10/2024**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
REGIÃO MENDONÇA FURTADO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

ATESTO QUE [redacted]OR ME INSCRITA NO CNPJ N.º [redacted] POSSUI CAPACIDADE TÉCNICA REFERENTE AO EMPENHO 2019NE800786/ 2019NE800765, COMANDO DA 12ª REGIAO MILITAR, COM QUANTITATIVO E DESCRIMINAÇÃO DO MATERIAL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	RETIRADA DE VAZAMENTO E RECOMPLETAMENTO DE CARGA DE GAS DE CONDIC DE AR DE 10.000 BTUS	SV	18
02	SUBSTITUIÇÃO DE CONTROLE REMOTO SEM FIO DE CONDICIONADOR DE AR 10.000 BTUS	SV	15
03	SUBST. DA PLACA CONTROLE RECEPTORA DE CONDIC DE AR DE 10.000 BTUS	SV	16
04	SUBST. DO SENSOR DE TEMPERATURA DA UND E CONDENSADORA DE APARELHOS DE 10.000 BTUS	SV	17
05	SUBSTIT DE MOTOR VENTILADOR DO CONDIC DE AR DE 12.000 BTUS	SV	18
06	SUBSTITUIÇÃO DA PLACA CONTROLE RECEPTORA DE CONDICIONADOR DE AR DE 24.000 BTUS, SPLIT, INCLUÍDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.	SV	18
07	INSTALAÇÃO DE AR CONDIC TIPO SPLIT DE 36.000 BTUS, DE 3 A 7 M DE DISTÂNCIA ENTRE CONDENSADOR E VAPORIZADOR, EM QUALQUER TIPO DE PAREDE	SV	18

08	MANUT. PREV. DE CONDIC DE 36.000 BTUS, LIMPEZA GERAL COM PRODUTO QUÍMICO NA UNIDADE EVAPORADORA E CONDENSADORA; - LIMPEZA GERAL COM PRODUTO QUÍMICO NO FILTRO DE AR; - VERIFICAÇÃO DOS CIRCUITOS FRIGORÍFICOS, HIDRÁULICOS E POSSÍVEIS VAZAMENTOS; - LUBRIFICAÇÃO DAS BOMBAS D´ÁGUA; - VERIFICAÇÃO DOS DIFUSORES E DAS TEMPERATURAS DE INSUFLAMENTO E RETORNO DA TOMADA DE AR;	SV	16
09	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 60.000 BTUS, DE 3 A 7 M DE DISTÂNCIA ENTRE CONDENSADOR E VAPORIZADOR, EM QUALQUER TIPO DE PAREDE.	SV	20
10	REMANEJAMENTO DE CONDICIONADOR DE AR DE 60.000 BTUS, SPLIT COM RESTAURAÇÃO DO LOCAL ANTERIOR	SV	19
11	SUBST. DE COMPRESSOR DE CONDICIONADOR DE AR DE 60.000 BTUS, SPLIT AL	SV	17
12	RETIRADA DE VAZAMENTO E RECOMPLETAMENTO DE CARGA DE GAS DE CONDICIONADOR DE AR DE 80.000 BTUS	SV	14
13	SUBST DE CONTROLE REMOTO SEM FIO DE CONDIC DE AR DE 12.000 BTUS, TIPO DE JANELA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	SV	09
14	SUBST DE COMPRESSOR DE CONDIC DE AR DE 12.000 BTUS, TIPO DE JANELA, COM NOVA CARGA DE GÁS	SV	09

MANAUS ,AM, 14 DE ABRIL DE 2020.

[redacted]

Fiscal Administrativo da 12ª RM

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO
ESQUADRÃO CORONEL RICARDO PAVANELLO

Estrada [redacted] 69074-160
[redacted]r

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa A empresa **F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME**, inscrita no CNPJ sob nº [redacted]6, situada à [redacted] Lírio do Vale 1 – CEP. 69038-090 Manaus – AM, entregou os materiais referentes ao empenho 2020NE800046 (conforme descrito abaixo) nesta Organização Militar, na ESTRADA DO PAREDÃO S/N VILA MILITAR DO RIO NEGRO, Colônia Oliveira Machado, CEP: 69074-160, conforme dados abaixo:

DADOS DO CONTRATO:

4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO , Inscrita no CNPJ Nº 03.410.553/0001-00, EMPENHO: 2020NE800046.

Prazo executado: 01/04/2020 a 03/04/2020 – 3 (três) dias.
Valor total dos materiais: R$ 11.130,00

Ordem	Descrição dos materiais	Qtde
01	Resistência elétrica	02
02	Compressor Hermético 5HP	01
03	Quadro elétrico de comando e controle	01
04	Controlador digital de temperatura	01
05	Filtro secador	01
06	Óleo mineral	01
07	Gás R22 botija	01
08	Sensor de temperatura	01
09	Pressostato	01

[redacted]
M
Comandante do 4º Batalhão de Aviação do Exército

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO
BATALHÃO MARQUÊS DE POMBAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa **F ALVES DOS SANTOS JÚNIOR-ME**, inscrita no CNPJ 27[redacted], com endereço comercial à [redacted] do Vale, Manaus/AM, CEP: 69.038-090, realizou o serviço constante do empenho **2019NE800337**, emitida em 19 de setembro de 2019, em condições satisfatórias, conforme dados a seguir descriminados:

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário (R$)	Preço total (R$)
1.	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE EVAPORAÇÃO NAS INSTALAÇÕES FRIGORIFICADAS DO 12º B SUP.	02	8.750,00	17.500,00

Manaus, AM, 06 de abril de 2020.

[redacted] **Ten Cel**
Comandante do 12º Batalhão de Suprimento

12º Batalhão de Suprimento
[redacted]

Digitalizada com CamScanner

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
12º BATALHÃO DE SUPRIMENTO
BATALHÃO MARQUÊS DE POMBAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para fins de capacidade técnica, que a empresa [redacted]S **JUNIOR ME**, inscrita no CNPJ 2[redacted]001-16, sediada na Rua Maritibá nº 02, sala 2, Lirio do vale 1, na cidade de Manaus/AM, realizou serviços de manutenção de ar condicionado e a entrega de 1(um) aparelho de ar condicionado split, constantes nas Notas Fiscais, 62 e 225.

Atestamos, ainda que, os materiais entregues e os serviços prestados pela empresa F A[redacted]**VES DOS SANTOS JUNIOR ME**, atendem satisfatoriamente às necessidades desta Organização Militar, não havendo nada que a desabone até o momento.

Manaus - AM, 20 de maio de 2019.

[redacted] **– Cel**
Comandante do 12º Batalhão de Suprimento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BATALHÃO CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES)

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa F[redacted]DA, inscrita no CNPJ sob o n ° [redacted]16, estabelecida na A[redacted] sala [redacted] prestou serviços ao 17º Batalhão Logístico, detém qualificação técnica para prestação do serviço OBJETO KIT DE REFRIGERAÇÃO PARA CONTEINER FRIGORIFICADO.

As prestações dos serviços/entrega dos materiais acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR
1	kit de refrigeração, com o fornecimento de 1 (uma) unidade condensadora e 1 (uma) evaporadora com 2 coolers, para containers de 20 pés 220v com instalação por parte da contratada. Os equipamentos deverão conter os seguintes itens: visor liquido, pressostato de altae baixa, quadro elétrico, tanque de líquido, tubulação flexíveis 1/32, incluindo curva, sifões, luvas e demais derivações, forçadores de ar com válvula de expansão termostática, válvulas eletromecânicas solenoide, esfera de retenção para cada linha, gás refrigerante R22 e R404, quadro de comando com controladores fullgauge e componentes elétricos necessários para seu pleno funcionamento.	SV	R$ 21.970,00

Porto Velho, 16 de julho de 2026.

[redacted]
Comandante do 17º Batalhão Logístico de Selva

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

Atestado Nº 156-Aprv/Fisc Adm/S4/4º CGEO

Manaus, AM, 10 de julho de 2026.

Assunto: ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, a pedido da interessada e para os devidos fins de prova de capacidade técnica operacional, que a empresa [redacted]-ME (Nome Fantasia: UNIVERSAL COMERCIO E SERVIÇOS), inscrita no CNPJ sob o nº [redacted]01-16, estabelecida na Av. Laguna, nº [redacted] - Bairro: Planalto - Manaus/AM, prestou serviços técnicos a esta Organização Militar, conforme as características descritas abaixo:

1. DADOS DO CONTRATO / DOCUMENTO: Processo Licitatório: Dispensa Eletrônica nº 62/2025.

2. OBJETO DOS SERVIÇOS: Descrição detalhada dos serviços executados, quantitativos e especificações estruturais: Serviço comum de engenharia para execução de infraestrutura civil e elétrica destinada à instalação de câmara frigorífica, incluindo base estrutural em concreto armado e instalações elétricas completas.

A. INFRAESTRUTURA CIVIL:

•Preparação de base estrutural e fundações para suporte de contêiner frigorífico medindo aproximadamente 6,00 m x 2,43 m.

•Execução de fundação/lastro em concreto ciclópico (fck = 15 MPa), contendo aproximadamente 30% de pedra de mão em volume real.

•Execução de sapatas isoladas e/ou sapatas corridas com armação estrutural em aço CA-50 Ø 12,5 mm.

•Execução de elementos estruturais em concreto armado: pilares, vigas baldrame, vigas longitudinais e transversais.

•Alvenaria estrutural complementar em blocos de 14 x 19 x 29 cm com fbk mínimo de 14 MPa.

•Serviços complementares de escavação (manual/mecanizada), formas, regularização, nivelamento de base e limpeza final da área, atendendo estritamente às normas ABNT NBR 6118 e NBR 6122.

B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

•Execução de circuito elétrico exclusivo e independente da rede do Setor de Aprovisionamento, sem derivação de redes existentes, provido de proteção própria e quadro dedicado.

•Fornecimento e instalação de cabos de cobre flexíveis com seção mínima de 16 mm² e isolação 450/750 V.

•Instalação de quadro de distribuição trifásico com capacidade mínima para 12 disjuntores DIN.

•Instalação de dispositivos de proteção: disjuntor bipolar padrão DIN 50 A, disjuntor DR tetrapolar 125 A (30 mA) e DPS mínimo de 20 kA.

•Realização de avaliação técnica de carga, interligações elétricas completas, identificação de

circuitos, ensaios de continuidade, ensaios de isolação, testes de funcionamento e comissionamento final do sistema elétrico.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO:

Início: 09/06/2026

Término: 27/06/2026

4. VALOR GLOBAL DO CONTRATO:

R$ 61.320,47 (sessenta e um mil, trezentos e vinte reais e quarenta e sete centavos).

5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

Atestamos, ainda, que os serviços foram executados de forma satisfatória, cumprindo rigorosamente as especificações técnicas, os prazos estipulados e as normas pertinentes. Não constando em nossos registros, até a presente data, fatos, sanções ou penalidades que desabonem a sua conduta técnica, comercial e o cumprimento de suas obrigações.

Manaus-AM, 10 de junho de 2026.

Assinaturas

[redacted]**C**
Ordenador de Despesas

[redacted] **Ten**
Chefe da Seção de Aprovisionamento

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **TC** [redacted], em 10/07/2026, às 12:25 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten** [redacted] em 10/07/2026, às 12:33 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: Qgae-UeLV-HwRM-ODlz

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
[redacted]

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa [redacted]DA, inscrita no CNPJ sob o n° [redacted]16, estabelecida na Rua Laguna, [redacted] em Manaus/AM, executou, satisfatoriamente, sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Mecânico Bruno Caio da Gama Pinto Souza, portador do CPF nº [redacted] e registro no CREA/AM nº [redacted], manutenção corretiva emergencial de refrigeração, conforme PGEA nº [redacted]-5, nota de empenho nº 2024NE000114 , prazo de contrato de 90 (noventa) dias, contados a partir de 26/11/2024, o serviço abaixo descrito:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR ROTAL (R$)
01	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO TIPO K7 5 HP PERTENCENTES SISTEMA, VRF, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DOS SENSORES DE LINHA GÁS E LÍQUIDO LIMPEZA DA BANDEJA COLETORA; LIMPEZA DA BOMBA DE CONDESADOR; LIMPEZA DE SENSOR DE NIVEL; APLICAÇÃO DE BACTERICIDA; PRESSURIZAÇÃO DE DRENO; TESTE DE EFICIENCIA ELEVAÇÃO DO DRENO E REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DO FORRO; APÓS ELEVAÇÃO DO TUDO DO DRENO.	UN	03	1.066,45	3.199,35
				TOTAL	**3.199,35**

Valor total: R$ 3.199,35 (três mil, cento e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos)

Manaus/AM, 23 de abril de 2026

[redacted]LO
TECNICO DO MPU/ADMINISTRAÇAO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Documento assinado eletronicamente por SEBASTIÃO DO BOMFIM GALVÃO MELO em 23/04/2026, às 15h31min50s (horário de Brasília).
Endereço para verificação: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoEletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=14464996&ca=3FQKRM1E5FSYXKQQ

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BATALHÃO CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins e a quem possa interessar, que a empresa [redacted], inscrita no CNPJ Nº [redacted] e sediada a Av. [redacted] Manaus-AM, CEP: 69.044-800, forneceu os serviços dos itens 68, 69, 74 e 76 – Instalação/Manutenção de Câmara Fria para o **17º Batalhão Logístico de Selva**, UASG 160350, com inscrição no CNPJ sob o nº [redacted] e com sede na Rua [redacted] CEP 76801-913.

Informamos ainda que a mesma cumpriu todos os prazos estipulados por este órgão e se enquadrou aos padrões exigidos, não constando qualquer fato que possa desabonar sua conduta até a presente data.

Porto Velho-RO, 16 de julho de 2026.

[redacted] – **Asp**
Encarregada do Setor de Aprovisionamento do 17º B Log Sl
.

4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Contrato 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	160011-4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM	[redacted]	03/06/2026 16:17 (v 0.9)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	4/2026	64492.003683/2025-10

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

4° CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **08/2026** QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 4° CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO E A F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

A União representada pelo Comando do Exército, por intermédio do 4º Centro de Geoinformação, com sede na Rua Marechal Bittencourt, nº 97 – Bairro Santo Antônio, Manaus/AM, CEP 69.029-160, inscrito no CNPJ sob o nº 09.539.549/0001-23, neste ato representado pelo Senhor Tenente Coronel [redacted], nomeado pela Portaria de Pessoal – C Ex n° 730, de 23 de maio de 2024, publicada no DOU de 24 de maio de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa, F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.985.750/0001-16, sediada na [redacted] CEP 69.044-800, na cidade de MANAUS - AM, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por FERNANDO [redacted]R representante legal, conforme *atos constitutivos da empresa,* tendo em vista o que consta no Processo nº 64492.002410/2026-21 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 0057/2026 e 0058/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de 01 (uma) câmara frigorífica tipo contêiner, conjugada para produtos resfriados e congelados, destinada ao armazenamento de gêneros alimentícios, incluindo o fornecimento do

equipamento, sistemas de refrigeração, automação, montagem eletromecânica, interligações frigorígenas e comissionamento operacional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT/ SER	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição de câmara frigorífica tipo contêiner paraarmazenamento de gêneros alimentícios resfriadose congelados, incluindo fornecimento doequipamento, sistemas de refrigeração, automaçãoe instalação.	617498	1	R$ 62.679,53	R$ 62.679,53
2	Serviço comum de engenharia para execução deinfraestrutura civil e elétrica destinada à instalaçãode câmara frigorífica, incluindo base estrutural emconcreto armado e instalações elétricas completas.	22225	1	R$ 61.320,47	R$ 61.320,47
TOTAL					R$ 124.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação; e

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução do objeto será conforme consta no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura digital deste, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O Valor da contratação é de R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou regularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, conforme o cronograma físico-financeiro, apresentado pelo CONTRATADO, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado; e

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. O CONTRATADO deve manter sua situação regular no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF durante toda execução contratual.

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.

9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato:

> 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso.

9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.36. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE.

9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.39. Apresentar ao CONTRATANTE a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.

9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.47. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.48. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

9.48.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.48.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.48.3. florestas plantadas; e

9.48.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.49. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.49.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.49.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.49.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.49.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.50. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.50.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

9.50.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.50.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.50.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.50.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

9.50.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.50.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; e

9.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 1990, e legislação correlata.

9.52. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.10. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 1/160011;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 171397;

IV) Elemento de despesa: 339039 e 449052 ;

V) Plano interno: E6SUSOLA5CF;

VI) Nota de empenho: 2026NE000164 e 2026NE000165.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Manaus-AM, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Manaus-AM, conforme datas das assinaturas abaixo

[redacted]

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHA:

1- [redacted]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

Autoridade competente

Data e hora da consulta: 22/05/2026 12:30
Usuário: ***.004.957-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160011	4º CENTRO DE GEOINFORMACãO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.539.549/0001-23	AVENIDA MARECHAL BITTENCOURT - 97SANTO ANTONIO	69029-160

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	[redacted]

Ano	Tipo	Número
2026	NE	164

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171397	1000000000	449052	160504	E6SUSOLA5CF

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
22/05/2026	Ordinário	64492.002410/2026-21	0,0000	62.679,53

Favorecido

Código	Nome
27.985.750/0001-16	F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

Endereço	CEP
LAGU[redacted]	69044-800

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	[redacted]

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE - MOBILIARIO EM GERAL - AQS MATERIAL PERMANENTE CAMARA FRIGORIFICA - ND 449052.42 - REF A 2026NC407389/COE DE 20MAI26 - ATD DFD Nº 237/2026/APROV DE 21MAI26 - CONF A (DISP LIC 0057/2026 4º CGEO) - CNPJ: 09.539.549/0001-23

Local da Entrega

AVENIDA MARECHAL BITTENCOURT, NR 97 - BAIRRO SANTO ANTONIO - MANAUS (AM). CEP 69.029-160. TELEFONE [redacted]

Informação Complementar

16001106000572026 - UASG Minuta: 160011

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/05/2026 11:33:39	Alteração

Data e hora da consulta: 22/05/2026 12:30
Usuário: ***.004.957-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	62.679,53

Subelemento 42 - MOBILIARIO EM GERAL

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Container - material: metal, tipo: refrigerado, capacidade: 24.000, cor: branca, dimensoes: 6 x 2,90 x 2,30 (cxaxl), aplicacao: modulo habitacional, caracteristicas adicionais: estabilizado contra raios uv, resistente a intempe	62.679,53

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/05/2026	Inclusão	1,00000	62.679,5300	62.679,53

Assinaturas

Ordenador de Despesa
[redacted]

Responsável pela Nota de Empenho
[redacted]

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/05/2026 11:33:39	Alteração

Data e hora da consulta: 22/05/2026 12:30
Usuário: ***.004.957-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160011	4º CENTRO DE GEOINFORMACãO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.539.549/0001-23	AVENIDA MARECHAL BITTENCOURT - 97SANTO ANTONIO	69029-160

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	([redacted]

Ano	Tipo	Número
2026	NE	165

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171397	1000000000	339039	160504	E6SUSOLA5CF

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
22/05/2026	Estimativo	64492.002410/2026-21	0,0000	61.320,47

Favorecido

Código	Nome
27.985.750/0001-16	F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

Endereço	CEP
LAGUNA 68 SALA SALA 11 SEG PLANALTO	69044-800

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
138	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	I	-

Descrição

SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS - SV MANUTENCAO CAMARA FRIGORIFICA - ND 339039.16 - REF A 2026NC407393/COE DE 20MAI26 - ATD DFD Nº 236/2026/APROV DE 21MAI26 - CONF A (DISP LIC 0058/2026 4º CGEO) - CNPJ: 09.539.549/0001-23

Local da Entrega

AVENIDA MARE[redacted](AM). CEP 69.029-160. TELEFONE[redacted]

Informação Complementar

16001106000582026 - UASG Minuta: 160011

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/05/2026 11:33:39	Alteração

Data e hora da consulta: 22/05/2026 12:30
Usuário: ***.004.957-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	61.320,47

Subelemento 16 - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Servico Engenharia - Servico Engenharia	61.320,47

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/05/2026	Inclusão	1,00000	61.320,4700	61.320,47

Assinaturas

Ordenador de Despesa
[redacted]ILVA
22/05/2026 11:33:39

Responsável pela Nota de Empenho
[redacted]NANDES

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/05/2026 11:33:39	Alteração

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200939441	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP [redacted]

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

MANAUS
Local

20 Junho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável ☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável

Data Data

Processo em Ordem À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal
Data

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] 30384854 - 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BAF[redacted]lidar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do[redacted]utenticada digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/038.485-4	AMP2300074628	20/06/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]R	20/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas	[redacted]	

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] 230384854
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BA[redacted]validar este
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº d[redacted]autenticada
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins, Secretário-Geral.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

CNPJ. 27.98[redacted]

NIRE. 1[redacted]

[redacted], casado em regime de comunhão universal de bens, Art. 997, da Lei 10.406/2002, empresário, nascido em [redacted] Identidade n[redacted] residente e domiciliado a [redacted] P1 Apt. 35, Bairro Compensa, CEP 69030-480, Manaus/Am.

Sócio da sociedade Limitada [redacted], constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas – Jucea/Am, sob o NIRE nº [redacted] de 19/06/2017 e alterações registros [redacted] em 26/106/2018, 1114206 em 19/05/2021, 1156348 em 21/12/2021 e 13200939441 em 22/03/2023, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o número [redacted] ajusta a presente alteração contatual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade, que tem por objeto social a prestação de serviços e comércio, passa a partir desta data a ter o seguinte objeto:

41.20-4-00 - Construção de edifícios

18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão

28.23-2-00 - Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios

33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos

33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores

33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais

42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes

43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa F[redacted]
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BAF[redacted]
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do[redacted]
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque

43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral

43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção

43.99-1-03 - Obras de alvenaria

43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras

45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores

45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar

46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico

46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues

47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura

47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros

47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente

47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping

47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação

47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem

52.12-5-00 - Carga e descarga

52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga

56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê

56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar

74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa F[redacted]4854
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BAFF[redacted]este
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do [redacted]cada
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva[redacted]

74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos

80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada

80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas

81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

82.30-0-02 - Casas de festas e eventos

Em face da alteração acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial **F. A. DOS SANTOS JUNIOR - LTDA (**art. 997, II, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade continuará no endereço da sede e domicilio na Avenida Laguna Nº 68 – Sala 11 segundo andar Cep 69.044-800- Bairro Planalto, Município de Manaus – Am.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem o Nome Fantasia UNIVERSAL COMERCIO E SERVIÇOS e poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou exterior, mediante Transformação Contratual assinada.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – A Sociedade terá por objeto a exploração do ramo de:

41.20-4-00 - Construção de edifícios

18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão

28.23-2-00 - Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios

33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos

33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores

33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais

42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] 354
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BA[redacted]este
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted]ada
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral.

43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes

43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente

43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque

43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral

43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção

43.99-1-03 - Obras de alvenaria

43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras

45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores

45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar

46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico

46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues

47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura

47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros

47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente

47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping

47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação

47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem

52.12-5-00 - Carga e descarga

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] lo 230384854 - 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BA[redacted]a validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted]oi autenticada digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins, Secretário-Geral.

52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga

56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê

56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar

74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos

80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada

80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios

81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas

81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

82.30-0-02 - Casas de festas e eventos

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA – O Capital social permanece em R$ 950.000,00 (Novecentos e Cinquenta mil Reais) dividido em 950.000 (Novecentos e Cinquenta Mil) quotas no valor de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente no País, pelo sócio e, distribuídas da seguinte forma:

NOME	QUOTA	PORCENTAGEM %	VALOR
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR	950.000	100%	1,00
TOTAL	950.000	100 %	950.000,00

CLÁUSULA SEXTA – A Responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social, conforme no disposto no art.1.052 da Lei 10.406/2002.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SETIMA - A administração da sociedade cabe ao sócio/ administrador **FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, a quem compete praticar todos os atos pertinente à gestão da Sociedade com poderes e atribuições de representa-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários á consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empres[redacted]54
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74B[redacted]te
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted]da
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da S[redacted]

§ 1º É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações que seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2º Faculta -se ao administrador, atuando isoladamente, alterar, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticadas.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, conta normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade

DA RETIRADA DE PRÓ – LABORE

CLÁUSULA NONA - O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pro- Labore" observadas as regulamentares pertinentes.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS, EXERCICIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO NOS RESULTADOS.

CLÁUSULA DÉCIMA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidades com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando o sócio nos lucros ou perdas apuradas, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na Sociedade.

DO JULGAMENTO DAS QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou interditado o sócio, a Sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse desses, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA REGÊNCIA SUPLETIVA, DOS CAOS OMISSOS.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] 854
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BA [redacted] este
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted] ada
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da S[redacted]

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas Normas da Sociedade Anônima (Lei Nº 6.404/1976), conforme faculta o § único do atrigo 1.053 da Lei Nº 10.406/2002.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Fica eleito o foro da cidade de Manaus – Am, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultante deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegio que seja.

E por estar assim, justo e contratado, data, lavra e assina o presente instrumento, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Manaus- Am, 19 de junho de 2023

[redacted]

EMPRESÁRIO

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, CNPJ 27985750000116 e protocolo 230384854 - 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BAFF8EC25A90E78. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 23/038.485-4 e o código de segurança sJJ6 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral.

Este documento é peça do processo 64321.013341/2026-42

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/038.485-4	AMP2300074628	20/06/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		20/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] lo 230384854 - 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BA[redacted]ra validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted] Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins, Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, de CNPJ 27.985.750/0001-16 e protocolado sob o número 23/038.485-4 em 20/06/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1355776, em 20/06/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Andre Luiz Lomas de Medeiros.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Eylan Manoel da Silva Lins. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		20/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		20/06/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 19/06/2023

SRM

Documento assinado eletronicamente por Andre Luiz Lomas de Medeiros, Servidor(a) Público(a), em 20/06/2023, às 10:41.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/038.485-4.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. terça-feira, 20 de junho de 2023

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1355776 em 20/06/2023 da Empresa [redacted] 54
- 20/06/2023. Autenticação: 8E777595D637BFA23304B74BA [redacted] te
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted] da
digitalmente e assinada em 20/06/2023 por Eylan Manoel da S[redacted]

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13101529156	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



AMP2100286871

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

MANAUS
Local

21 Dezembro 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empres[redacted]olo
210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5D[redacted]rio-
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am[redacted]U9
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/066.831-8	AMP2100286871	15/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		21/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empres[redacted]colo
210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5DF[redacted]ário-
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.[redacted]KU9
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023

4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA F ALVES DOS SANTOS JUNIOR – ME
UNIVERSAL DIESEL COMERCIO E SERVICOS
CNPJ 27.985.750/0001-16 – NIRE 1310152915-6

[redacted], brasileiro, casado sob o regime de Comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº [redacted], inscrito no CPF/MF sob nº [redacted] Residente e domiciliado nesta cidade, a rua Maritiba N° 2, Bairro Lírio do Vale CEP. 69.038-090. Sócio da empresa [redacted], inscrito no CNPJ/MF nº [redacted] com sede à rua [redacted] Bairro Lírio do Vale CEP. [redacted] contrato primitivo, registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob [redacted], em sessão de 19/06/2017, resolve assim alterar seu contrato social mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERACAO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS DOS OBJETIVOS SOCIAIS: Sociedade terá como objeto social:
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas;

18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão;
33.14-7-09 - Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório;
41.20-4-00 - Construção de edifícios;
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálica;
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente;
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica;
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração;
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque;
43.99-1-03 - Obras de alvenaria;
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores;
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar;
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico;
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns;
47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empresa [redacted]
210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5DF
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023

revenda;
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios;

47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues;
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros;
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente;
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes;
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico;
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros;
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas;
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos;
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo;
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria;
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos;
47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem;
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê;
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente;
59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão;
71.12-0-00 - Serviços de engenharia;
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos;
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas;

33.14-7-07 - manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR** brasileiro, casado sob o regime de Comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº [redacted], inscrito no CPF/MF sob nº [redacted] Residente e domiciliado nesta cidade, a rua [redacted]

CLÁUSULA TERCEIRA: DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: O sócio administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empresa F[redacted]
210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5DF3[redacted]
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov[redacted]
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por[redacted]

encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art.1.101, § 1° CC/2002).

CLAUSULA QUARTA: Declaro que não possuo nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO: Fica eleito o foro de Manaus para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por se achar em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obriga-se cumprir o presente contrato, com via destinada a registro e arquivamento na junta comercial do estado do amazonas.

Manaus, 29 de Novembro de 2021.

[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empresa [redacted]
210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5DF[redacted]
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.g[redacted]
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 p[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/066.831-8	AMP2100286871	15/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		21/12/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empresa [redacted]
210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5DF3[redacted]
Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.go[redacted]
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 po[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa [redacted] - ME, de CNPJ [redacted] e protocolado sob o número 21/066.831-8 em 15/12/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1156348, em 21/12/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Michelly Ferreira de Almeida.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, [redacted] Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]	21/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		21/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 29/11/2021

SRM

Documento assinado eletronicamente por Michelly Ferreira de Almeida, Servidor(a) Público(a), em 21/12/2021, às 14:37.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 21/066.831-8.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	[redacted]

Manaus. terça-feira, 21 de dezembro de 2021

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1156348 em 21/12/2021 da Empresa [redacted] rotocolo 210668318 - 15/12/2021. Autenticação: BEFEF0559428A6F5DF3[redacted] cretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.go[redacted] ça 7KU9
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 po[redacted]

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13101529156	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: [redacted] - ME

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMP2100052624

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

MANAUS
Local

18 Maio 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa [redacted]
210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por E

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/027.230-9	AMP2100052624	13/05/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]	18/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa F [redacted] o
210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A692 [redacted] l.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e in [redacted] a
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan [redacted]

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
1310152915-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
[redacted]

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	

FILIAÇÃO	(mãe)
[redacted]	CLARINHA BARREIRA CASTELLO BRANCO

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	17[redacted]	SSP	AM	[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
R[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	L[redacted]	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se

- [ ] ENQUADRA
- [ ] REENQUADRA
- [ ] DESENQUADRA

Porte

- [X] MICROEMPRESA - ME
- [ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
R[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
[redacted]	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723700 Atividades secundárias 3314709 1821100 4322302 4321500 4330402	COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS SERVICOS DE PRE-IMPRESSAO MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO-ELETRONICOS PARA ESCRITORIO INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO VAREJISTA DE (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM 2 - NÃO
19/06/2017	27985750000116			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 [redacted] olo
210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A [redacted] ral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea [redacted] sta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
1310152915-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
[redacted]

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO: M [X] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado):

FILIAÇÃO: [redacted] (mãe): [redacted]O

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	1[redacted]	SSP	AM	528.387.302-15

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor) | EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): R[redacted] | NÚMERO: 2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
[redacted]

LOGRADOURO (rua, av, etc.): R[redacted] | NÚMERO: 2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
[redacted]	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	KEYLAFRANCO52@GMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4723700
Atividades secundárias
4330403
4399103
4213800
4299599
4292801

DESCRIÇÃO DO OBJETO
MATERIAIS HIDRAULICOS COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE ATIVIDADES DE POS-PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO DISTRIBUICAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS OBRAS DE URBANIZACAO DE RUAS, PRACAS E CALCADAS CONSTRUCAO DE EDIFICIOS SERVICO DE SOLDAGEM PARA CONSTRUCAO CIVIL OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL OBRAS DE ALVENARIA SERVICOS DE ENGENHARIA SERVICOS DE INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AR INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL COMERCIO A (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/06/2017	27985750000116			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa [redacted] ocolo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A[redacted] Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br [redacted] Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Ey[redacted]

EYLAN MANOEL DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
[redacted]	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
F[redacted]R

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	

FILIAÇÃO	(mãe)
F[redacted]	C[redacted]

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	[redacted]	SSP	AM	528.387.302-15

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
F[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se

[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte

[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA MARITIBA	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
SALA 02	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723700 Atividades secundárias 4120400 4712100 4729699 4724500 4722901	VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM 2 - NÃO
19/06/2017	27985750000116			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME, CNPJ 27985750000116 e protocolo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A[redacted]Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br [redacted] Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Ey[redacted]

EYLAN MANOEL DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
1310152915-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO: M [X] F [ ]

REGIME DE BENS (se casado):

FILIAÇÃO
F [redacted]
(mãe) [redacted]

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	17834180	SSP	AM	5[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor):

EMAIL:

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) [redacted] NÚMERO: 2

COMPLEMENTO:

BAIRRO / DISTRITO: LIRIO DO VALE

CEP: 69038090

MUNICÍPIO: MANAUS

UF: AM

Declaro que a atividade se

- [ ] ENQUADRA
- [ ] REENQUADRA
- [ ] DESENQUADRA

Porte

- [X] MICROEMPRESA - ME
- [ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.) [redacted] NÚMERO: 2

COMPLEMENTO [redacted]

BAIRRO / DISTRITO: LIRIO DO VALE

CEP: 69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)

Atividade principal
4723700

Atividades secundárias
4721102
4721103
4732600
4744001
4744003

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/06/2017	27985750000116			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa [redacted] tocolo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A6 [redacted] -Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e [redacted] 9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eyl [redacted]

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
[redacted]	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	

FILIAÇÃO
F[redacted] (mãe) CLARINHA BARREIRA CASTELLO BRANCO

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
[redacted]	[redacted]	SSP	AM	[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
R[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA MARITIBA	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
SALA 02	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	K[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723700 Atividades secundárias 4743100 4742300 4741500 4753900 4751201	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/06/2017	27985750000116			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. ____/____/_____	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa [redacted] olo
210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A[redacted] ral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br [redacted] sta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Ey[redacted]

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
[redacted]	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
[redacted]

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	

FILIAÇÃO	(mãe)
F[redacted]	CLA[redacted]

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	[redacted]	SSP	AM	[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA MARITIBA	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se

- [ ] ENQUADRA
- [ ] REENQUADRA
- [ ] DESENQUADRA

Porte

- [X] MICROEMPRESA - ME
- [ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
R[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
S[redacted]	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	K[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723700 Atividades secundárias 4763602 4761003 4789008 4649401 4649404	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/06/2017	27985750000116			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.	AUTENTICAÇÃO
_____ ____/____/_____	AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa F[redacted]tocolo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A69[redacted]Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e [redacted]9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eyla[redacted]
EYLAN MANOEL DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
1310152915-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
[redacted]

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	[redacted]

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	

FILIAÇÃO	(mãe)
[redacted]	CL[redacted]

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	[redacted]	SSP	AM	[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
R[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se

[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte

[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
[redacted]	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723700 Atividades secundárias 4511101 4520007 4530703 4530705 5620102	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
19/06/2017	27985750000116			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empre[redacted]colo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC[redacted]eral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.[redacted]Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por [redacted]

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
1310152915-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
[redacted]

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO: M [X] F [ ]
REGIME DE BENS (se casado):

FILIAÇÃO: F[redacted]
(mãe): CLA[redacted]

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	[redacted]	SSP	AM	[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor):
EMAIL:

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): RUA MARITIBA
NÚMERO: 2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL: F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA MARITIBA
NÚMERO: 2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
SALA 02	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	K[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4723700
Atividades secundárias
5913800
5912099
7112000
7420004
8230001

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
19/06/2017	27985750000116			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa F[redacted]ocolo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A6[redacted]Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e [redacted] Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário Geral.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
1310152915-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
F[redacted]

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	

FILIAÇÃO
[redacted]
(mãe)
C[redacted]

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
25/03/1983	[redacted]	SSP	AM	[redacted]

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA MARITIBA	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF
MANAUS	AM

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
R[redacted]	2

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
S[redacted]	LIRIO DO VALE	69038090

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
MANAUS	AM	BRASIL	[redacted]

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
50.000,00	CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723700 Atividades secundárias 8122200	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM 2 - NÃO
19/06/2017	27985750000116			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
07/05/2021	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____
____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2100052624

AM31712870

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empr[redacted]colo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCD[redacted]eral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov[redacted]Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 po[redacted]

EYLAN MANOEL DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1414

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
[redacted]		13/05/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		18/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa E ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME, CNPJ 37985750000116 e protocolo 210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC[redacted]eral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.[redacted]Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por [redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa F[redacted] - ME, de CNPJ 27.985.750/0001-16 e protocolado sob o número 21/027.230-9 em 18/05/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1114206, em 19/05/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Luci Jane da Silva Santos.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	UNIOR	18/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		18/05/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento assinado eletronicamente por Luci Jane da Silva Santos, Servidor(a) Público(a), em 19/05/2021, às 09:07.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 21/027.230-9.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa F A[redacted]
210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A692E[redacted]
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e inf[redacted]
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan M[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. quarta-feira, 19 de maio de 2021

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1114206 em 19/05/2021 da Empresa F A [redacted] otocolo
210272309 - 18/05/2021. Autenticação: 5A899FA165A1EBCDC5A692 [redacted] o-Geral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e in [redacted] U9 Esta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan [redacted]

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMP2300033064

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

MANAUS
Local

21 Março 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável ☐ NÃO ___/___/_____ _____ Responsável

Data

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da E[redacted]
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319[redacted]
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov[redacted]
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/018.722-6	AMP2300033064	20/03/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		21/03/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empresa R[redacted]lo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12EE0[redacted]al.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e infor[redacted]ta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Ma[redacted]

CONTRATO SOCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL – EPP

FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

[redacted] Brasileiro, casado em comunhão universal de bens, empresário, nascido em [redacted] CPF [redacted] Identidade Nº [redacted], residente e domiciliado a Avenida Coronel Teixeira Nº [redacted], Manaus – Am, Empresa com sede a [redacted], Manaus – Am, Inscrito na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob o NIRE 1310152915-6 de 19/06/2017 e no CNPJ 27.985.750/0001-16, fazendo uso do permite o paragrafo 3º do Art. 968 da Lei Nº 10.406/2002, com redação alterada pelo Art. 10 da Lei Complementar Nº 128/08, **RESOLVE, por este Instrumento de Contrato e na melhor forma de direito, Transformar seu registro de Empresário Individual para SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada**, passando a se constituir sob o tipo jurídico **SOCIEDADE LTDA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**, e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas Cláusulas seguintes:

DO NOME EPRESÁRIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS.

Cláusula Primeira – A Sociedade girará sob o novo nome Empresarial **F.A.DOS SANTOS JUNIOR – LTDA.**

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Segunda – O capital social altera, aumenta para R$ 950.000,00 (Novecentos e Cinquenta Mil Reais) divididos 950.000 (Novecentos e Cinquenta Mil) quotas no valor de R$ 1,00 (Um Real) cada uma subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente no País, pelo sócio e, distribuída da seguinte forma.

NOME	QUOTAS	PORCETAGEM %	VALOR R$
[redacted]	950.000	100%	1,00
TOTAL	950.000	100%	950.000,00

Cláusula Terceira – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social, conforme no disposto no Art. 1.052 da Lei 10.406/2022

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Quarta – A administração da Sociedade cabe ao Sócio/Administrador **FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, a quem compete praticar todos os atos pertinentes à gestão da Sociedade com os poderes e atribuições de representa-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empresa [redacted]
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12EE[redacted]
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e info[redacted]
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan M[redacted]

§ 1º É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2º Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, alterar, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

Cláusula Quinta – Permaneceram em pleno vigor, todas as demais cláusulas do contrato anterior que não colidirem por este presente instrumento.

DO FORO

Cláusula Sexta – Fica eleito o foro de Manaus – AM, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estar assim, justo e contratado, data, lavra e assina o presente instrumento, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Manaus - AM, 17 de março de 2023.

[redacted]

EMPRESÁRIO

PASSA A TRANSCREVER O CONTRATO SOCIAL

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL – EPP

F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

[redacted], Brasileiro, casado em comunhão universal de bens , empresário, nascido em 25/03/1983, CPF [redacted] Identidade Nº [redacted], SSP/AM, residente e domiciliado a Avenida Coronel Teixeira Nº 2301 – [redacted] Manaus – Am, Empresa, com sede na [redacted] segundo andar Cep 69.044-800- Bairro Planalto, Município de Manaus - AM , Inscrito no CNPJ 27.985.750/0001-16**,** fazendo uso do que permite o § 3º do Art. 968 da Lei Nº 10.406/2002, com redação alterada pelo Art. 10 da Lei Complementar Nº 128/08, **RESOLVE, por este Instrumento de Contrato e na melhor forma de direito, Transformar seu registro de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL para SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada**, passando a se constituir sob o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**, e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas Cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empresa [redacted]lo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12EE[redacted]al.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e info[redacted]ta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Cláusula Primeira – A Sociedade girará sob o novo nome Empresarial **F.A.DOS SANTOS JUNIOR – LTDA.**

Cláusula Segunda – A Sociedade continuará no endereço da sede e domicílio na A[redacted] Bairro Planalto, Município de Manaus – AM.

Cláusula Terceira – A Sociedade tem o Nome Fantasia **UNIVERSAL COMÉRCIO E SERVIÇOS** e poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante Transformação Contratual assinada.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

Cláusula Quarta – A Sociedade terá por objeto a exploração do ramo de:

41.20-4/00 - Construção de edifícios

18.21-1/00 - Serviços de pré-impressão
28.23-2/00 - Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial peças e acessórios

33.13-9/01- Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7/04 - Manutenção e reparação de compressores

33.21-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
42.13-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.92-8/01 - Montagem de estruturas metálicas

43.21-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolante
43.29-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.29-1/99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4/99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1/03 - Obras de alvenaria
43.99-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
45.11-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
45.20-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.30-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
46.45-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.49-4/01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
47.22-9/01 - Comércio varejista de carnes - açougues

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empresa [redacted]olo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12EE[redacted]ral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e info[redacted]sta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan M[redacted]

47.23-7/00 - Comércio varejista de bebidas
47.32-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.41-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.43-1/00 - Comércio varejista de vidros
47.44-0/05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47.53-9/00 -Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.61-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6/04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
47.89-0/04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação
47.89-0/08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
52.12-5/00 Carga e descarga
52.50-8/04 - Organização logística do transporte de carga
56.20-1/02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
56.20-1/04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
74.20-0/01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
74.20-0/04 - Filmagem de festas e eventos
80.11-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada
80.20-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
81.21-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas
81.29-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.30-0/02 - Casas de festas e eventos

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta – O capital social altera, aumenta para R$ 950.000,00 (Novecentos e Cinquenta Mil Reais) divididos 950.000 (Novecentos e Cinquenta Mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente no País, pelo sócio e, distribuídas da seguinte forma:

NOME	QUOTA	PORCENTAGEM %	VALOR
FERNANDO ALVESDOS SANTOS JUNIOR	**950.000**	**100 %**	**1,00**
TOTAL	**950.000**	**100 %**	**950.000,00**

Cláusula Sexta – A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social, conforme no disposto no art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sétima – A administração da Sociedade cabe ao Sócio/Administrador **FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**, a quem compete praticar todos os atos pertinentes à gestão da Sociedade com os poderes e atribuições de representa-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empresa F. A
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12EE01DE
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Mano

todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1º É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2º Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, alterar, em nome da sociedade, procuradores para o período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Oitava – O administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Cláusula Nona– O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pró-Labore", observadas as regulamentares pertinentes.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS, EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO NOS RESULTADOS.

Cláusula Décima – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando o sócio nos lucros ou perdas apuradas, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na Sociedade.

DO JULGAMENTO DAS QUOTAS

Cláusula Décima Primeira – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou interditado o sócio, a Sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse desses, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA REGÊNCIA SUPLETIVA, DOS CASOS OMISSOS.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da [redacted] ocolo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD43 [redacted] eral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.g [redacted] Esta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023

Cláusula Décima Terceira – Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas Normas da Sociedade Anônima (Lei Nº 6.404/1976), conforme faculta o § único do artigo 1.053 da Lei Nº 10.406/2002.

DO FORO

Cláusula Décima Quarta – Fica eleito o foro de Manaus– AM, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estar assim, justo e contratado, data, lavra e assina o presente instrumento, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Manaus - AM, 17 de março de 2023.

[redacted]

EMPRESÁRIO

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empr[redacted]olo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB1[redacted]eral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br [redacted]sta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Ey[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/018.722-6	AMP2300033064	20/03/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]R	21/03/2023

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI

Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empre[redacted]olo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12[redacted]ral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e [redacted]sta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eyla[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, de CNPJ 27.985.750/0001-16 e protocolado sob o número 23/018.722-6 em 20/03/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 13200939441, em 22/03/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Larissa Marinho Ferreira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]R	21/03/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		21/03/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 21/03/2023

SRM

Documento assinado eletronicamente por Larissa Marinho Ferreira, Servidor(a) Público(a), em 22/03/2023, às 09:43.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/018.722-6.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empresa F. A. D[redacted]olo
230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12EE01DB2[redacted]ral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe n[redacted]sta
cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. quarta-feira, 22 de março de 2023

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 13200939441 em 22/03/2023 da Empres[redacted]colo 230187226 - 20/03/2023. Autenticação: 4E66E823855AD4319AB12E[redacted]eral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e i[redacted]Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan[redacted]

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200939441	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AMN2381786807

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	307			REENQUADRAMENTO DE ME COMO EPP

MANAUS
Local

25 Abril 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1332920 em 26/04/2023 da Empresa F. [redacted] o 230267491 - 25/04/2023. Autenticação: A8F7C92DD84CCA32F513598BABC[redacted]a validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do pr[redacted]i autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/026.749-1	AMN2381786807	25/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		25/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1332920 em 26/04/2023 da Empres[redacted]91
- 25/04/2023. Autenticação: A8F7C92DD84CCA32F513598B[redacted]ste
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº [redacted]da
digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral.

DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE ME PARA EPP

Ilmo. Sr.Presidente da Junta Comercial do Estado do Amazonas.

A Empresa **F.** [redacted], com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 19/06/2017, CNPJ: [redacted], estabelecido na [redacted]68, bairro [redacted], requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Código do ato: **307**

Descrição do Ato: **REENQUADRAMENTO DE ME COMO EPP**

manaus, 25 de abril de 2023.

[redacted]: **Sócio/Administrador**

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1332920 em 26/04/2023 da Empresa F. A. [redacted]7491
- 25/04/2023. Autenticação: A8F7C92DD84CCA32F513598BABC49E[redacted] este
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do proto[redacted]icada
digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lin[redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/026.749-1	AMN2381786807	25/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]R	25/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1332920 em 26/04/2023 da Empresa [redacted]16 e protocolo 230267491 - 25/04/2023. Autenticação: A8F7C92DD84CCA32F513598BABC49E08BCAD5F4. Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo C231000103633 e o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, de CNPJ 27.985.750/0001-16 e protocolado sob o número 23/026.749-1 em 25/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1332920, em 26/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Luci Jane da Silva Santos.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Eylan Manoel da Silva Lins. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	[redacted]DR	25/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		25/04/2023
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 25/04/2023

SRM

Documento assinado eletronicamente por Luci Jane da Silva Santos, Servidor(a) Público(a), em 26/04/2023, às 09:23.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 23/026.749-1.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	

Manaus. quarta-feira, 26 de abril de 2023

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1332920 em 26/04/2023 da Empresa F. A. DOS SANTOS J[redacted]1
- 25/04/2023. Autenticação: A8F7C92DD84CCA32F513598BABC49E08BCAD5F4. E[redacted]e
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo C231000103[redacted]a
digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL AM
Reconheço e dou fé por AUTENTICIDADE a firma de
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Selo RECFIR041352THCY5XJWPC7HFZ06
Escrevente ANTÔNIO THOME DE SOUZA NETO
FUNETJ 0,32 FUNDPAM 0,16 FAPEAM 0,32
FUNDPGE 0,10 TOTAL: 6,00 Data/Hora 07/06
Valide o selo em cidadao.portaleloam.com.br

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preen
XXX	XXX
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)	[redacted]
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)
SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX
FILHO DE (pai)	(mãe)
[redacted]	CLARINHA BARREIRA CASTELLO BRANCO
NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número) / Órgão emissor / UF
25/03/1983	[redacted] SSP AM
CPF(número)	[redacted]
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)	
XXX	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
[redacted]	2
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO
XXX	LIRIO DO VALE
CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
69038-090	000243 - Manaus
MUNICÍPIO	UF
Manaus	AM

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 080 - INSCRIÇÃO, 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 080 (1) INSCRIÇÃO, 315 (1) ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR	ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
RUA MARITIBA	2
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO / CEP / CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
SALA 02	LIRIO DO VALE 69038-090 000243 - Manaus
MUNICÍPIO / UF / PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Manaus AM BRASIL	XXX
VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
50.000,00	cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4321500, 4712100, 4721103, 4722901, 4724500, 4729699, 4732600, 4742300, 4744001, 4744003, 4751201, 4752100, 4761003	Comércio varejista de bebidas; Instalação e manutenção elétrica; Comércio varejista de material elétrico; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; Comércio varejista de artigos de papelaria; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de carnes -

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR / UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
XXX	XXX		DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
06/06/2017	[redacted]		

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	AM1170000899936

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Super Fácil

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/06/2017 12:01 SOB Nº 13101529156.
PROTOCOLO: 170181804 DE 14/06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11702250829. NIRE: 13101529156.
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR

[redacted]
DIRETOR GERAL
MANAUS, 19/06/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALVES DOS SANTO[redacted]º
13101529156 em 19/06/2017. Para validar este documento, acesse [redacted]o
código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e as

EYLAN MANOEL DA SILVA LINS

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/2

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por AUTENTICIDADE a firma de
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Selo RECFIR041352Q59HOVARIIO29H56
Escrevente ANTÔNIO THOMÉ DE SOUZA NETO
FUNJ.TJ. 0,32 FUNDPAM 0,10 FEMPAM 0,10 SE
FUNDPJE 0,10 TOTAL 6,00 Data/Hora 07/06/20
Valide o selo em cidadao.portalselo.am.gov.br

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE: XXX	NIRE DA FILIAL (pre: XXX
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas): FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A)
SEXO: Masculino	REGIME DE BENS(se casado): XXX
FILHO DE (pai): [redacted]	(mãe): [redacted]
NASCIDO EM (data de nascimento): 25/03/1983	IDENTIDADE (número): [redacted] Órgão emissor: SSP UF: AM CPF(número): [redacted]
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor): XXX	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc): RUA MARITIBA	NÚMERO: 2
COMPLEMENTO: XXX	BAIRRO/DISTRITO: LIRIO DO VALE
CEP: 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial): 000243 - Manaus
MUNICÍPIO: Manaus	UF: AM

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO: 080 - INSCRIÇÃO, 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO: XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO: 080 (1) INSCRIÇÃO, 315 (1) ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO: XXX

NOME EMPRESARIAL: [redacted]	ENQUADRAMENTO: ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,ev, etc): RUA MARITIBA	NÚMERO: 2
COMPLEMENTO: [redacted]	BAIRRO/DISTRITO: [redacted]
CEP: 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial): 000243 - Manaus
MUNICÍPIO: Manaus	UF: AM PAÍS: BRASIL
CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL): XXX	
VALOR DO CAPITAL - R$: 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso): cinquenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)
Atividade Principal: 4723700
Atividade Secundária:

Descrição do Objeto: açougues; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio varejista de laticínios e frios; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de materiais hidráulicos; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de hortifrutigranjeiros;

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES: XXX	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ: XXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR / UF	USO DA JUNTA COMERCIAL — DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA: 06/06/2017	ASSIN: [redacted]		

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	AM1170000899936

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Super Fácil

JUCEA

CERTIFICO [redacted] 06/2017 12:01 SOB N° 13101529156.
PROTOCOLO [redacted] 06/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
117022508 [redacted] 156.
F ALVES D [redacted]

MANAUS, 19/06/2017
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALVES D [redacted] nº 13101529156 em 19/06/2017. Para validar este documen [redacted] e o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digita [redacted]

EYLAN MANOEL DA SILVA LINS

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por **AUTENTICIDADE** a firma de
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Selo: RECFIR041352M78WY6JXNIJGJB41
Escrevente: ANTÔNIO THOME DE SOUZA DE [redacted] 111
FUNETJ: 0,32 FUNDPAM: 0,16 PARFAM: R$ 1,19 SELO: R$ 1,90
FUNDPGE: 0,10 **TOTAL: 6,00** - Data/Hora: 07/06/2017 15:58:07
Valide o selo em cidadao.portalselodam.com.br
[redacted]

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Amazonas

O Empresário [redacted], estabelecido na [redacted] requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA , nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315 Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

MANAUS - AM, 06 de Junho de 2017

[redacted]

Empresário: FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM ____/____/_____.	Etiqueta de registro

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALV[redacted] nº 13101529156 em 19/06/2017. Para validar este do[redacted] o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada[redacted]

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/4

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO TJ AM
Reconheço e dou fé **por semelhança** a(s) firma de
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Data/Hora 25/06/2018 09:58:
ESCREVENTE AUTORIZADA(): MICHELLE E[illegible] LIANA THOMAZ DE VASCONCELOS 141
FUNETJ 0,32 FUNDPAM 0,16 FUNREG [illegible] ISS [illegible] PARP-AM 0,16
SELO R$ 1,90 RECFIR00413[illegible]
Valide o selo em: cidadao.portaldejustica.com.br

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 13101529156		NIRE DA FILIAL (preencher) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX		
FILHO DE (pai) [redacted]		(mãe) CL[redacted]	
NASCIDO EM (data de nascimento) 25/03/1983	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 17834180	Órgão emissor SSP	UF AM
CPF(número) 52[redacted]			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) [redacted]			NÚMERO 2
COMPLEMENTO [redacted]	BAIRRO/DISTRITO [redacted]	CEP 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus
MUNICÍPIO Manaus			UF AM

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME				ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,av, etc) [redacted]				NÚMERO 2
COMPLEMENTO SALA 02	BAIRRO/DISTRITO LIRIO DO VALE	CEP 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus	
MUNICÍPIO Manaus	UF AM	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) universaldiesel.empresarial@hotmail.com	
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais			

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 1821100, 3314709, 4321500, 4322302, 4330403, 4712100, 4721102, 4721103, 4722901, 4724500, 4729699, 4732600, 4741500, 4742300, 4743100, 4744001, 4744003, 4751201	Comércio varejista de bebidas; Instalaçao De Sistemas Centrais De Ar Condicionado, De Ventilaçao E Refrigeraçao; Serviços De Organização De Feiras, Congressos, Exposições E Festas; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de laticínios e frios; Comércio varejista de carnes - açougues; Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; Comércio varejista de

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
19/06/2017	27.985.750/0001-16			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
25/06/2018	[redacted]

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	AM2180001811194

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Super Fácil

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/06/2018 11:15 SOB Nº 20180355015.
PROTOCOLO: 180355015 DE 25/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802490056. NIRE: 13101529156.
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 26/06/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALV[redacted]o o nº 20180355015 em 26/06/2018. Para validar este d[redacted]33 e o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/4

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé **por semelhança** a firma de
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Data/Hora 25/06/2018 09:58
ESCREVENTE AUTORIZADA
FUNETJ 0,32 FUNDPAM 0,16
SELO R$ 1,90 RECFIR004135HDP0URJLY
Valide o selo em: cidadao.portalseloam.com.br

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 13101529156		NIRE DA FILIAL (preencher XXX		
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)		
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX			
FILHO DE (pai) FERNANDO ALVES DOS SANTOS		(mãe) CLARINHA BARREIRA CASTELLO BRANCO		
NASCIDO EM (data de nascimento) 25/03/1983	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 17834180	Órgão emissor SSP	UF AM	CPF(número) [redacted]
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA MARITIBA			NÚMERO 2	
COMPLEMENTO SALA 02	BAIRRO/DISTRITO LIRIO DO VALE	CEP 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus	
MUNICÍPIO Manaus			UF AM	

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)	
LOGRADOURO (rua,av, etc) R[redacted]			NÚMERO 2	
COMPLEMENTO SALA 02	BAIRRO/DISTRITO LIRIO DO VALE	CEP 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus	
MUNICÍPIO Manaus	UF AM	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) universaldiesel.empresarial@hotmail.com	
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais			

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4761003, 4763602, 4789008, 5620102, 5912099, 5913800, 7420004, 8230001	Descrição do Objeto produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de material elétrico; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de materiais hidráulicos; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Serviços de pré-impressão; Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê; Comércio varejista			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/06/2017	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 27.985.750/0001-16	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 25/06/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO [redacted]			

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE _____ __/__/_____	AUTENTICAÇÃO AM2180001811194

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Super Fácil

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/06/2018 11:15 SOB Nº 20180355015.
PROTOCOLO: 180355015 DE 25/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802490056. NIRE: 13101529156.
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 26/06/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALVES DOS [redacted] sob o nº 20180355015 em 26/06/2018. Para validar este documen[redacted]3633 e o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digital[redacted]ral.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 3/4

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por semelhança a(s) firma(s) de:
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Data/Hora 25/06/2018 09:58:11
ESCREVENTE AUTORIZADA VIRGINIA MARIA THOMAZ SILVA
FUNETJ 0,32 FUNDPAM 0,16 FUNPROGE 0,20 ISS R$ 0,18 FARPAM 0,16
SELO R$ 1,90 RECFIR004135EYSLU1AZJ4F3SP91
Valide o selo em: cidadao.portalselo.am.gov.br

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 13101529156		NIRE DA FILIAL (pre XXX		
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) [redacted]				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)		
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX			
FILHO DE (pai) [redacted]		(mãe) CLA[redacted]		
NASCIDO EM (data de nascimento) 25/03/1983	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) [redacted]	Órgão emissor SSP	UF AM	CPF(número) 528.387.302-15
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) [redacted]				NÚMERO 2
COMPLEMENTO [redacted]	BAIRRO/DISTRITO [redacted]	CEP 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus	
MUNICÍPIO Manaus				UF AM

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME				ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,av, etc) [redacted]				NÚMERO 2
COMPLEMENTO SALA 02	BAIRRO/DISTRITO LIRIO DO VALE	CEP 69038-090	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus	
MUNICÍPIO Manaus	UF AM	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) [redacted]	
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária	Descrição do Objeto de artigos fotográficos e para filmagem; Filmagem de festas e eventos; Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; Comércio varejista de artigos esportivos; Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório; Obras de acabamento em gesso e estuque; Padaria e confeitaria com predominância de revenda; Comércio varejista de			
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 19/06/2017	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 27.985.750/0001-16	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ J - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 25/06/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO [redacted]			

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE __/__/_____	AUTENTICAÇÃO AM2180001811194

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Super Fácil

JUCEA

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/06/2018 11:15 SOB Nº 20180355015.
PROTOCOLO: 180355015 DE 25/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802490056. NIRE: 13101529156.
F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME

Alexandre Bruno Araújo da Silva
SECRETÁRIO-GERAL
MANAUS, 26/06/2018
www.empresasuperfacil.am.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALVES DOS SANTOS JUNIO[redacted]sob o nº 20180355015 em 26/06/2018. Para validar este documento, acesse http://[redacted]633 e o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada[redacted]al.

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 4/4

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartoriorabelo.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé **por semelhança** à firma de
FERNANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Data/Hora: 25/06/2018 09:58:08
ESCREVENTE AUTORIZADA: MICHELE EDUANA THOMAZ SILVA (COD. 14)
FUNETJ: 0,32 FUNDPAM: 0,16 FUNDIPE: 0,32 ISS: R$ 0,16 FARPAM: 0,16
SELO R$ 1,90: RECFIR00413602E41CJQ39ROL744
Valide o selo em: cidadao.portalselojam.com.br

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 13101529156		NIRE DA FILIAL (preencher XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) [redacted]			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX		
FILHO DE (pai) [redacted]		(mãe) CLAR[redacted]	
NASCIDO EM (data de nascimento) 25/03/1983	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 1[redacted]	Órgão emissor SSP	UF AM	CPF(número) [redacted]
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA MARITIBA			NÚMERO 2
COMPLEMENTO [redacted]	BAIRRO/DISTRITO [redacted]	CEP [redacted]	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus
MUNICÍPIO Manaus			UF AM

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL F ALVES DOS SANTOS JUNIOR - ME					ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua,av, etc) RUA MARITIBA					*NÚMERO* 2
COMPLEMENTO SALA 02	BAIRRO/DISTRITO LIRIO DO VALE		CEP 69038-090		CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial) 000243 - Manaus
MUNICÍPIO Manaus		UF AM	PAÍS BRASIL		CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) [redacted]
VALOR DO CAPITAL - R$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cinquenta mil reais				
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária	Descrição do Objeto vidros; Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; Comércio varejista de artigos de papelaria; Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão; Instalação e manutenção elétrica;				
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 19/06/2017	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 27.985.750/0001-16	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL	☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 25/06/2018	[redacted]				

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	AM2180001811194

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Super Fácil

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico que este documento da empresa F ALVES DOS SANTOS JUNIOR [redacted] ob o nº 20180355015 em 26/06/2018. Para validar este documento, acesse http://ww[redacted]633 e o código de segurança 7KU9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada e[redacted]al.

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200939441	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2600095315

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

22 Maio 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. [redacted]
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do
digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/041.227-9	AME2600095315	22/05/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]		25/05/2026 10:30:11
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		
[redacted]		25/05/2026 13:04:54
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, CNPJ [redacted]
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD9F8C1[redacted]
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protoco[redacted]
digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins [redacted]

F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

31/12/2025

CNPJ: 27.985.750/0001-16

NIRE: 1[redacted]

ENDEREÇO:
Planalto - [redacted]

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Em[redacted]
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125[redacted]
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e inform[redacted]
digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins - Secretário-Geral.

TERMO DE ABERTURA

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2025

F. A. [redacted]TDA
CNPJ: 27.985.750/0001-16
Endereço: Av[redacted]
Bairro Planalt[redacted]
CEP 69.044-800
Registro na Junta Comercial: 13200939441 – Data 19/06/2017
Livro Diário: n° 09

Manaus,31 de dezembro de 2025.

F[redacted]TOS JUNIOR
Sócio Administrador

[redacted]A
Contadora

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. [redacted]
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 26/041.227-9 e o código de segurança nxR2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

F. A. D[redacted]NIOR LTDA
CNPJ: [redacted]16 Data: 19/06/2017
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 Diário :9 Folha: 2

Classificação	Descrição	Nota	31/12/2024	31/12/2025
1	**ATIVO**		**1.796.875,26**	**2.092.108,28**
1.01	**ATIVO CIRCULANTE**		**783.016,98**	**1.078.250,00**
1.01.01	**DISPONIBILIADADES**		**245.205,14**	**391.200,00**
1.01.01.01	**CAIXA GERAL**		**7.514,22**	**8.750,00**
1.01.01.01.01	CAIXA MATRIZ		7.514,22	8.750,00
1.01.01.02	**DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES**		**237.690,92**	**382.450,00**
1.01.01.02.01	BANCO CONTA E APLICAÇÕES		237.690,92	382.450,00
1.01.02	**CRÉDITOS**		**317.657,61**	**361.600,00**
1.01.02.01.04	ADIANTAMENTO A TERCEIROS - CIRCULANTE		142.805,61	175.650,00
1.01.02.02	**CLIENTES A RECEBER**		**174.852,00**	**185.950,00**
1.01.02.02.01	CLIENTES A RECEBER		174.852,00	185.950,00
1.01.03	**ESTOQUE**		**220.154,23**	**325.450,00**
1.01.03.03	**ESTOQUE DE MERCADORIAS**		**220.154,23**	**325.450,00**
1.01.03.03.01	MERCADORIAS PARA REVENDA		220.154,23	325.450,00
1.02	**ATIVO NÃO CIRCULANTE**		**1.013.858,28**	**1.013.858,28**
1.02.03	**IMOBILIZADO**		**1.013.858,28**	**1.013.858,28**
1.02.03.01	**IMOBILIZADO - AQUISIÇÃO**		**1.013.858,28**	**1.013.858,28**
1.02.03.01.27	COMPUTADORES E PERIFERICOS		1.350,51	1.350,51
1.02.03.01.28	MOVEIS E UTENSILIOS		5.500,00	5.500,00
1.02.03.01.29	IMOVEIS		934.824,00	934.824,00
1.02.03.01.30	INSTALAÇÕES		17.000,00	17.000,00
1.02.03.01.31	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		70.635,00	70.635,00
1.02.05.01	(-) Depreciação		-15.451,23	-15.451,23

Manaus, 31 de Dezembro de 2025

FE[redacted]UNIOR
Sócio Administrador

[redacted]
Contadora

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. A. DOS SAN[redacted]
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD9F8C1830E[redacted]
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 26/[redacted]
digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins Secreta[redacted]

F. A. DOS SA[redacted]R LTDA
CNPJ: 27.985.[redacted] Data: 19/06/2017
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 Diário :9 Folha: 3

Classificação	Descrição	Nota	31/12/2024	31/12/2025
2	**PASSIVO**		**1.796.875,26**	**2.092.108,28**
2.01	**PASSIVO CIRCULANTE**		**173.696,45**	**190.947,10**
2.01.01	**OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE**		**173.696,45**	**190.947,10**
2.01.01.01	**BENEFICIOS E ENCARGOS SOCIAIS - CIRCULANTE**		**18.451,23**	**48.500,00**
2.01.01.01.09	DEMAIS ENCARGOS A RECOLHER		18.451,23	48.500,00
2.01.01.03	**FORNECEDORES - CIRCULANTE**		**155.245,22**	**142.447,10**
2.01.01.03.01	FORNECEDORES - NACIONAIS		155.245,22	105.697,10
2.01.01.09	**OBRIGAÇÕES FISCAIS - CIRCULANTE**		**0,00**	**36.750,00**
2.01.01.09.08	DAS SIMPLES NACIONAL		0,00	36.750,00
2.02	**PASSIVO NÂO CIRCULANTE**		0,00	**450.601,55**
2.02.01.	OBRIGAÇOES A LONGO PRAZO		0,00	228.082,09
2.02.01.01	EMPRÉSTIMOS DE SOCIOS		**0,00**	222.519,46
2.03	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**1.623.178,81**	**1.450.559,63**
2.03.01	**CAPITAL SOCIAL**		**950.000,00**	**950.000,00**
2.03.01.01	**CAPITAL REALIZADO - RESIDENTES NO PAÍS**		**950.000,00**	**950.000,00**
2.03.01.01.01	CAPITAL SUBSCRITO DE DOMICILIADOS NO PAÍS		950.000,00	950.000,00
2.03.02	**RESERVAS**		**673.178,81**	**500.559,63**
2.03.02.03	**RESERVAS DE LUCROS**		**673.178,81**	**500.559,63**
2.03.02.03.01	RESERVA LEGAL		673.178,81	500.559,63

Manaus, 31 de Dezembro de 2025

FERNA[redacted]JUNIOR
Sócio Administrador

IV[redacted]
C[redacted]
Contadora

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. A. DOS SAN[redacted]
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD9F8C1830E[redacted]
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 26/[redacted]
digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins Secreta[redacted]

Descrição	**31/12/2025**
RECEITA BRUTA	
Receita da Revenda de Mercadorias no Mercado Inter	786.316,62
Receita Prestaçao de Serviços	728.967,83
=RECEITA BRUTA	**1.515.284,45**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
(-) DAS Simples Nacional sobre a Receita	
=DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	142.630,73
	142.630,73
=RECEITA LÍQUIDA	
	1.372.653,72
CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS DA ATIVIDADE GERAL	
(-) Custos das Mercadorias Revendidas	
=CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS DA ATIVIDADE GERAL	493.225,09
	493.225,09
DEPESAS OPERACIONAIS	
DEPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL	
(-) Remuneração de dirigentes e Conselheiros da Ad	
(-) Ordenado,Salários,Gratificações e Outras Remun	115.250,00
(-) Serviços Prestados Por Pessoa Física e Jurídic	32.400,00
(-) Demais Impostos e Taxas	13.650,00
(-) Aluguéis	18.000,00
(-) Despesas com Veículos e Manutenção de Bens	38.650,00
(-) Multas	1.400,00
(-) Propaganda, Publicidade e Patrocíno	9.200,00
(-) Encargos de Depreciação	12.000,00
(-) Despesas com Energia Elétrica	17.000,00
(-) Despesas com Água e Esgoto	5.500,00
(-) Despesas com Telefone e Internet	7.800,00
(-) Despesas com Fretes e Carretos	26.569,00
(-) Despesas com Seguros	18.350,00
=DEPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL	**315.769,00**
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DA TIVIDADE GERAL	
(-) Juros, Taxas e Comissões Bancárias	6.750,00
(-) Demais Despesas Operacionais Não Calssificadas	56.350,00
=OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DA TIVIDADE GERAL	**63.100,00**

RESULTADO DO EXERCÍCIO

==========

RECEITAS----------> 1.515.284,45C
DESPESAS + CUSTO----------> 1.014.724,82D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: **500.559,63C

==========

Manaus, 31 de Dezembro de 2024.

FERNA[redacted]OS JUNIOR
[redacted]M
Sócio Administrador

[redacted]A
Contadora

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F[redacted] 260412279 - 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DF[redacted] validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do[redacted] autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Descrição		**31/12/2024**		**31/12/2025**
Capital Social				
Capital Social Integralizado	R$	950.000,00	R$	950.000,00
Reservas				
Reserva de Lucros	R$	673.178,81	R$	500.559,63
Lucros				
Lucros ou Prejuízos Acumulados				
TOTAL	**R$**	**1.623.178,81**	**R$**	**1.450.559,63**

Manaus, 31 de Dezembro de 2025

FERNANDO[redacted]TOS JUNIOR
CP[redacted]
RG: [redacted]
Sócio Administrador

IVA[redacted]TA
C.P[redacted]86
CP[redacted]-3
Contadora

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. A. DOS SANTOS JU[redacted]279 - 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD9F8C1830E1. Eyla[redacted]ste documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 26/041.227-9 e o código de segurança nxRz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.

Descrição	**31/12/2025**
Saldo do Início do Período	**0,00** C
Ajustes de exercícios anteriores	**0,00** C
Efeitos da mudança de critérios contábeis	0,00 C
Retificação de erro de exercícios anteriores	0,00 C
Resultado do período	
Lucro/Prejuízo do Exercício	500.559,63 C
Proposta Administração do Lucro	
Reserva de Capital	0,00 C
Reservas de Lucro	500.559,63 D
Distribuição de Lucros	0,00 C
Saldo Atual	**0,00** C

Manaus, 31 de Dezembro de 2025

FE[redacted]JUNIOR
Sócio Administrador

[redacted]
Contadora

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F.[redacted]9
- 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD[redacted]e
documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do [redacted]a
digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva[redacted]
EYLAN MANOEL DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL

Endividamento Total

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP) 641.548,65

Ativo 2.092.108,28 = 0,31

Quanto menor, melhor. O capital de terceiros representa 0,31% do ativo total

Grau de Endividamento

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP) 641.548,65

Patrimônio Líquido 1.450.559,63 = 0,44

Quanto menor, melhor. O capital de terceiros equivale a 0,44% do capital próprio.

Composição de Endividamento

Passivo Circulante 190.947,10

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP) 641.548,65 = 0,30

Quanto menor, melhor. As obrigações a curto prazo representam 0,30% das obrigações totais.

Manaus, 31 de dezembro de 2025

FE[redacted]NTOS
[redacted]M
Sócio Administrador

[redacted]
CPF: 004.276.812-86 CRC: 016935/O-3

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1904533 em 25/05/2026 da Empresa F. A. DOS SANT[redacted]9 - 25/05/2026. Autenticação: 4CB0C241511CD1EC7125F87DFD9F8C1830E1. [redacted]e documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 26/04[redacted]a digitalmente e assinada em 25/05/2026 por Eylan Manoel da Silva Lins Secretário-Geral.